



Universidade de Aveiro
2010

Departamento de Ciências da Educação

**ADRIANA MARIA
MOREIRA TEIXEIRA
SANTOS**

**EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE:
PARADIGMAS EM ESCOLAS PORTUGUESAS**



**ADRIANA MARIA
MOREIRA TEIXEIRA
SANTOS**

**EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE:
PARADIGMAS EM ESCOLAS PORTUGUESAS**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na área de especialização de Formação Pessoal e Social, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Meireles Coelho, professor associado da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Doutor Manuel Fernando Ferreira Rodrigues
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutor Manuel Maria de Melo Alte da Veiga
professor associado com agregação aposentado da Universidade do Minho

Doutora Graziela Raupp Pereira
Investigadora da Universidade de Aveiro

Doutor Carlos Meireles Coelho
professor associado da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao meu professor e orientador Doutor Carlos Meireles Coelho, pela competência, pelo constante incentivo e pelo tempo dedicado com generosidade, ternura e compreensão à orientação desta tese.

Aos professores Doutor Manuel Ferreira Rodrigues e Doutor António Vítor Carvalho pela partilha de saberes e pelo estímulo ao interesse pelo conhecimento científico, contribuições essenciais para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, pela formação dada até hoje, por me incentivarem e proporcionarem dar mais este passo na minha formação académica e pelo amor e ternura sempre constantes.

Ao Francisco e à sua mãe pelo carinho, pela compreensão, pelo apoio e pela companhia em várias madrugadas, fins-de-semana e férias que dediquei a este trabalho.

Ao amigo Doutor João Amaral pelo apoio espiritual.

palavras-chave

sexualidade; educação sexual; educação para a sexualidade; valores; professores; escola; família; coeducação; modelos educativos

resumo

Com esta investigação pretende-se: seguir a(s) trajectória(s) da educação sexual em Portugal, particularmente em contexto escolar e especialmente em escolas do 1.º CEB e entre 1984 e 2009; e analisar os paradigmas e modelos subjacentes à educação sexual nas escolas portuguesas.

Será a perspectiva da saúde pública e reprodutiva a mais pertinente para a idade dos 12 aos 18 anos e a educação para a sexualidade na formação pessoal e social de cada aluno a mais pertinente para a idade até aos 12 anos? Ou haverá uma confusão entre ambas as perspectivas sem referência privilegiada a cada uma das idades referidas?

keys-words

sexuality; sexual education; sexuality education; values; teachers; family; coeducation; educational models; public and reproductive health; personal and social education

abstract

This investigation is intended to follow the trajectories of sexual education in Portugal, particularly concerning the 1st cycle of basic education and between 1984 and 2009; and analyze the paradigms and models underlying the sexual education in Portuguese schools.

Is the perspective of public and reproductive health most relevant to the age of 12 to 18 years old and the sexuality education in personal and social education of each student the most relevant for the age up to 12 years old? Or is there confusion between both perspectives without privileged reference to each of these ages?

Índice

Introdução	15
1. A educação para a sexualidade nas escolas portuguesas	19
1.1 – A educação sexual tradicional (ou a falta dela) na escola e fora dela	19
1.2 – A 1. ^a lei sobre educação sexual: Lei 3/84	35
1.3 – A educação sexual na Lei de Bases do Sistema Educativo (1986).....	37
1.4 – A Lei 120/99 (1999)	42
1.5 – As propostas de educação sexual em 2005: GTES e CNE	47
1.6 – Lei 60/2009 (2009)	52
2. Paradigmas e modelos de educação sexual em Portugal	59
2.1 – Paradigmas subjacentes às propostas do CNE e do GTES	59
2.2 – Modelos de educação para a sexualidade.....	62
2.3 – Valor(es) da [na] educação para a sexualidade.....	69
2.4 – Parceria escola–família na educação para a sexualidade	83
Conclusão	91
Bibliografia	95

Siglas usadas:

APF – Associação para o Planeamento Familiar

CCPES – Comissão de Coordenação de Promoção e Educação para a Saúde

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

DGIDC – Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

DPS – Desenvolvimento Pessoal e Social

GTES – Grupo de Trabalho de Educação Sexual

ITS – Infecções transmitidas sexualmente

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 46/86, de 14 de Outubro

ME – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

PEE – Projecto Educativo de Escola

PPES – Programa de Promoção e Educação para a Saúde

RNEPS – Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

VPH – Vírus do Papiloma Humano

Introdução

Será a perspectiva da saúde pública e reprodutiva a mais pertinente para a idade dos 12 aos 18 anos e a educação para a sexualidade na formação pessoal e social de cada aluno a mais pertinente para a idade até aos 12 anos? Ou haverá uma confusão entre ambas as perspectivas sem referência privilegiada a cada uma das idades referidas? Com esta investigação pretende-se seguir a trajectória da educação sexual em Portugal, particularmente em contexto escolar e especialmente em escolas do 1.º ciclo do ensino básico (CEB) e entre 1984 e 2009, e analisar os paradigmas e modelos subjacentes à educação sexual nas escolas portuguesas.

A primeira lei sobre educação sexual em Portugal surge em 1984, na sequência da discussão sobre a despenalização do aborto, assumindo a educação sexual como uma "*componente fundamental da educação*" (Lei n.º 3/84 de 24 de Março) e servindo de ponto de partida para projectos de articulação Saúde – Educação, nomeadamente visando combater a discriminação entre sexos e os preconceitos tradicionais da atribuição de diferentes funções de acordo com o género, e criando condições propícias para apoiar os pais na educação sexual dos seus filhos. E, para sua regulamentação, a Portaria 52/85 restringiu-se ao planeamento familiar dos jovens e adolescentes. No entanto, perante a pouca eficácia no domínio da educação sexual, a Lei 120/99 de 11 de Agosto pretendeu «reforçar as garantias do direito à saúde reprodutiva». Este afunilamento da temática não terá contribuído para bloqueios que prejudicaram a educação para a sexualidade particularmente antes dos doze anos?

A LBSE (Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86) aponta para que «a organização curricular da educação escolar *tenha* em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os *níveis de*

desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos» e prevê uma nova área educativa definida como uma área transversal – a Formação Pessoal e Social “que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros no mesmo âmbito”. E, na sua regulamentação, o Decreto-Lei 286/89 de 29 de Agosto previa a criação de uma nova disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS), onde estas matérias seriam desenvolvidas, mas essa disciplina foi efémera. Entretanto em 1990 é aprovado o programa para o 1.º CEB, ainda em vigor, que integra nos seus objectivos e conteúdos também questões da sexualidade, função reprodutora/sexual e funções vitais do corpo humano. A educação sexual ou para a sexualidade até aos 12 anos terá de se preocupar sobretudo com a saúde reprodutiva e o planeamento familiar?

Em Junho de 2005, o Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES) e o Parecer “Educação Sexual nas Escolas” do Conselho Nacional de Educação (CNE) abordam a educação sexual ou para a sexualidade de modo diferente. O primeiro parte da perspectiva da saúde pública e reprodutiva, interessando-lhe basicamente a prevenção de gravidezes não desejadas e de doenças sexualmente transmissíveis; o segundo integra a educação para a sexualidade no âmbito da formação pessoal e social de cada aluno.

O que é a educação sexual ou educação para a sexualidade?

Será a perspectiva da saúde pública e reprodutiva a mais pertinente para a idade dos 12 aos 18 anos e a educação para a sexualidade na formação pessoal e social de cada aluno a mais pertinente para a idade até aos 12 anos?

É objectivo desta investigação:

- a) seguir a(s) trajectória(s) da educação sexual em Portugal, particularmente em contexto escolar e especialmente em escolas do 1.º CEB e entre 1984 e 2009;
- b) analisar os paradigmas e modelos subjacentes à educação sexual nas escolas portuguesas.

A hipótese de base subjacente é a de que até aos doze anos a educação sexual ou para a sexualidade deve ser integrada na formação pessoal e social de cada aluno na sua relação com os ambientes familiar, escolar e social e a de que a partir dos doze anos deve ser abordada na continuação da formação pessoal e social de cada aluno, focando os aspectos biológico, sociológico, psicológico e axiológico complementada com perspectivas extra-escolares, nomeadamente da saúde pública e reprodutiva, em parcerias estratégicas com as famílias, por um lado, e, por outro, com entidades comunitárias, nomeadamente os serviços de saúde e sociais.

Como hipóteses operacionais considera-se que nas escolas portuguesas:

- a) não há abertura para parcerias nem com a família nem com a comunidade e muito menos numa questão envolta ainda em tabus como a educação sexual ou para a sexualidade;
- b) não há uma distinção clara na abordagem educativa até aos 12 anos (educação básica) e depois dos 12 anos (educação secundária);
- c) há uma confusão quanto aos paradigmas de referência nas abordagens da educação para a sexualidade.

Usa-se aqui o estudo de caso com relevância para a evolução das ideias, comparando a evolução e pluralidade dos conceitos sobre educação sexual com a análise do caso português.

A pesquisa bibliográfica e documental constitui o ponto de partida para as análises a realizar e sínteses a fazer.

A evolução e interpretação das ideias e modelos sobre a educação sexual ou para a sexualidade levou-nos ao tratamento analítico e reflexivo, comparação e síntese dos dados para uma interpretação fundamentada do percurso da educação sexual ou educação para a sexualidade em Portugal, bem como os paradigmas subjacentes à sua concepção em escolas portuguesas.

Embora estivesse no projecto inicial, não foi possível realizar uma parte empírica sobre as representações e obstáculos que há em escolas portuguesas do 1.º/2.º CEB em relação à educação sexual ou educação para a sexualidade,

nomeadamente nas especificidades das faixas etárias até aos doze anos e depois dos doze anos, e nas parcerias escola-família e escola-comunidade.

Pereira e Miguel (2007: 365) sintetizam bem o problema que queremos abordar em Portugal: *"A Educação Sexual hoje é, ainda, um desafio para a escola. Vários motivos contribuem para este quadro, como por exemplo, o despreparo profissional do educador para lidar com questões que envolvem o tema, ou o facto da sexualidade ser vista como um processo no desenvolvimento humano e social, que se dá de maneira oculta, proibida e sigilosa. § A escola precisa contribuir, para reverter este quadro, tornando a sexualidade um conhecimento reflexivo, conversando abertamente e francamente com alunos e pais, possibilitando um melhor relacionamento das pessoas consigo próprias e com os outros."*

1. A educação para a sexualidade nas escolas portuguesas

No 1.º Congresso Feminista e de Educação de 1924 em Portugal foi apresentada uma tese isolada sobre «educação sexual» e só com a fundação da Associação para o Planeamento Familiar (APF) em 1967 se começou a falar abertamente deste assunto em público. Mas foi a Lei 3/84 de 24 de Março a primeira menção legal à educação sexual em Portugal, que ainda encontra muitas resistências nas escolas, nas famílias e na sociedade portuguesa. Para melhor a compreender, tenta-se seguir a(s) trajectória(s) da educação sexual em Portugal, particularmente em contexto escolar e especialmente em escolas do 1.º CEB, onde trabalhamos.

1.1 – A educação sexual tradicional (ou a falta dela) na escola e fora dela

Aristóteles (384aC-322aC), no capítulo VII da *Política*, narra o que foi uma referência na Europa durante muitos séculos: «16. 6. *A união de seres muito jovens é nociva para a procriação; em todos os seres vivos, os produtos de progenitores jovens são imperfeitos: deles resulta habitualmente uma fêmea de pequena estatura e o mesmo deve acontecer aos humanos. Uma prova: em todas as cidades onde o costume determina que homens e mulheres se unam jovens, as pessoas são imperfeitamente desenvolvidas e pequenas de corpo.* 7. *Por outro lado, as mulheres jovens têm partos muito trabalhosos e morrem em grande número. Diz-se que era esta a verdadeira razão da resposta do oráculo aos trezénios acerca do grande número de mortes entre as jovens casadas demasiado cedo: não tinham cuidado com a colheita dos frutos.* 8. *Além disso, é útil para o seu autodomínio não casar as jovens muito cedo, porque as que tiveram relações sexuais desde jovens são, geralmente, mais inclinadas às paixões. Quanto aos rapazes, parece que as relações sexuais durante o tempo em que o espermatozoide ainda não está bem formado lhes*

afecta o crescimento; para eles também há um tempo determinado de maturidade do crescimento. 9. É por isto que convém que as mulheres se casem por volta dos dezoito anos e os homens por volta dos trinta e sete anos: nestas idades a união dos sexos será feita na plenitude do vigor dos corpos, quanto ao fim da idade da fecundidade haverá uma coincidência oportuna das datas respectivas. 10. Assim os filhos (se eles nascerem, como é natural, logo após o casamento) sucederão aos pais quando estiverem em plena maturidade e os pais, no declínio da idade, tiverem cerca de setenta anos. Eis o tempo em que se deve realizar a união conjugal; quanto à estação do ano, deve seguir-se o uso seguido por muita gente, de começar a viver a dois durante o inverno.» (MEIRELES-COELHO, 2009_b: 322aC).

Tradicionalmente, o papel da mulher era trabalhar em casa, cuidar da casa e tratar dos filhos. Aos homens cabia-lhes trabalhar fora de casa. As mulheres casavam quando apareciam as primeiras menstruações, tinham filhos e após a menopausa tinham vergonha de ter relações sexuais. Com a menarca a rondar os 17-18 anos, idade coincidente com a incorporação da adolescente na idade adulta e na responsabilidade do casamento e da procriação, era assim comum permanecer-se virgem até ao casamento aos 18 anos. Dos homens esperava-se que amadurecessem e se casassem pelos 30 e tais anos, o que favorecia experiências sexuais antes do casamento. Estes comportamentos e valores transmitiam-se informalmente na sociedade e, raramente, na escola.

Em 1876, pela Imprensa Democrática em Lisboa, é publicado o livro "Elementos de Sciencia Social ou Religião Physica, Sexual e Natural", uma tradução da 14.^a edição inglesa, 3.^a edição portuguesa, revista e corrigida pelo autor, que se supõe ser de nacionalidade inglesa, mas que apenas se apresenta como um doutor em medicina explicando no prefácio que o faz para não causar desgosto a uma pessoa da família. Com esta observação denota-se a forma como a sociedade da época encarava os assuntos relacionados com os temas apresentados, principalmente os que se relacionavam com a sexualidade, expostos na segunda parte do livro subordinados ao tema "*Religião Sexual*". Na contracapa encontra-se o seguinte pensamento de John Stuart Mill (1806-1873) "*Não se podem prevenir nem curar os males da sociedade, assim como as doenças do corpo, sem se falar claramente*". No prefácio traduzido da primeira edição

inglesa, de Dezembro de 1854, o autor demonstra que existia em Inglaterra a preocupação e o desejo de "*promover a discussão livre e a séria investigação dos assuntos mais importantes, posto que, infelizmente, os mais descurados*". Ao concluir, o autor acrescenta ainda que tem esperança que esteja perto o dia em que possa "*expor livremente as suas opiniões conscienciosas, sem incorrer na intolerância dos outros; e em que os assumptos tractados nas paginas seguintes serão geralmente compreendidos e francamente discutidos*".

Esta obra encontra-se dividida em quatro partes. A primeira, *Religião Physica*, debruça-se sobre assuntos relacionados com a medicina em geral. A segunda, *Religião Sexual*, subdivide-se em trinta itens (é curioso verificar que esta é a parte do livro que chama a atenção do leitor pelos sinais evidentes de manuseamento, apresentando uma certa degradação das folhas). A terceira, *Religião Natural*, aborda os temas da dignidade, liberdade e independência. A última parte, *Sciencia Social*, encontra-se dividida em nove temas e dá relevo à lei de Malthus e lei da população, às leis do exercício da fecundidade e às opiniões de escritores ingleses e estrangeiros sobre toda a temática da *Sciencia Social*.

Baseando-se nas teorias da lei de Thomas Robert Malthus (1766-1834) e mais tarde do economista Stuart Mill, o autor atribui como uma das principais causas dos grandes males sociais, tais como questões do trabalho, dos salários, a riqueza, a pobreza, entre outros, a má formação sobre "*doenças*" e "*sofrimentos sexuaes*". Apesar disto, o autor lamenta que os pensadores da época não se debrucem sobre esta problemática, não lhe atribuindo a devida importância e não a relacionando com os males socialmente prementes.

Na segunda parte da obra, o autor desenvolve primeiramente o tema "*Reprodução e Desenvolvimento*" onde trata os assuntos sobre a natureza e as leis dos órgãos sexuais, as suas doenças, os males resultantes da pobreza e do excesso de trabalho. Refere que "*Em consequência do mysterio e do segredo de que se tem rodeado o que respeita ao sexo, e em resultado da indiferença que d'ahi provém, toda a nossa philosophia moral e social se tem tornado defeituosa e tem-se estorvado o progresso da nossa raça*". É referido ainda

que, dada a importância do assunto, é necessário inicialmente conhecer a natureza dos órgãos sexuais para seguidamente compreender as doenças que lhe estão relacionadas.

A reprodução, considerada como um assunto misterioso e incompreensível, apenas conhecido pelos homens da ciência médica, provocou na generalidade um sentimento de timidez e vergonha impedindo os homens de perceber os órgãos e as leis, considerando o autor que *"tal sentimento é indigno da nobreza humana e da perfeição illimitada da natureza"*.

Considera lastimável que *"os homens em geral conheçam tam pouco as leis da saúde corporal, e os castigos ou as recompensas que recebem conforme infringem ou as observam "*. Afirmando que o facto de não se conhecer o nosso corpo e todas as suas funções coloca em risco a nossa vida. Não devendo de forma nenhuma permanecer, tal como os nossos antepassados, na ignorância infantil face a assuntos de importância vital.

No que respeita às doenças dos órgãos genitais das mulheres, este assunto através dos tempos esteve profundamente envolvido em mistério, somente a partir da invenção do espéculo pelo professor Recamier, de Paris, em 1821, é que se deu uso ao exame digital e ocular com maior frequência, sendo estas doenças estudadas e compreendidas cientificamente. O autor explica aqui a razão histórica desta lenta caminhada.

Os médicos gregos e romanos tinham algum conhecimento das afecções das mulheres, pois eram-lhes estranhos *"os sentimentos morbidos de delicadeza sexual"*. Mais tarde, a ciência médica passou para a mão dos árabes e, em seguida, para as mãos do clero católico, considerados os únicos médicos durante séculos. Tanto uns como outros, devido às opiniões religiosas e morais ficaram impedidos de estudar as doenças da mulher e, como consequência, os conhecimentos anteriores ficaram no esquecimento. O autor anota ainda que face a estes comportamentos *"as ideas physicas e moraes predominantes sobre esta materia são um encadeamento de erros"* alertando para a urgência de expor o assunto *"à luz do dia"* porque só conhecendo se podem prevenir as doenças em geral *"pela mudança de habitos e pelos esforços inteligentes dos individuos"*.

Seguidamente, o autor explora o tema da prostituição, reafirmando que o desconhecimento das leis naturais e dos órgãos sexuais impede que socialmente se estabeleçam regras de moral sexual. Conclui que para prevenir a prostituição é necessário investir na educação feminina, preparar a mulher para subsistir sem necessitar dos homens, ou seja, exercerem uma profissão e terem independência económica.

Este livro do século XIX manifesta-se como um meio de educação para a sexualidade não-formal, uma vez que a educação formal não tratava o tema. A escola tem sistematicamente omitido o tratamento deste assunto e até 1984 limitava-se a reproduzir os estereótipos ligados à diferenciação do género.

No tempo do Marquês de Pombal, surge o primeiro documento legal que menciona a existência de escolas públicas em que se faria a divisão dos alunos de acordo com o seu sexo, trata-se do alvará de 17 de Agosto de 1758 que confirma o Directório dos Índios do Pará e Maranhão. O documento determina que haja em todas as povoações duas escolas públicas, uma para os meninos aprenderem a ler, escrever e contar e uma para as meninas aprenderem a ler, escrever e fiar. É aqui retratado o que viria a ser a escolaridade obrigatória em Portugal até 1911, ano em que se começa a debater a questão da coeducação dos sexos (MEIRELES-COELHO, 2009_b: 1758-08-17).

Mas já no ano de 1893 John Haden Badley (1865-1967) cria a *Bedales School*, uma escola nova e a primeira escola pública inglesa com o regime de coeducação.

Em 1905, Édouard Claparède (1873-1940) na obra *Psicologia da criança e pedagogia experimental* escreve a propósito da questão do Bom Senso afirmando que "*Não é preciso tanta psicologia para se ser um bom educador. O bom senso, essa faculdade de julgamento e ponderação distribuída por cada ser humano, é perfeitamente suficiente para orientar o desenvolvimento de uma criança.* " O mesmo também se pode aplicar para entender o dilema que suscitava a questão da coeducação dos sexos na escola, "*há quem ache de bom senso que sim e há quem ache de bom senso que não. Não há uma só questão de pedagogia em que não possa alinhar-se uma série de soluções opostas, todas reclamadas de bom senso!*".

Em Portugal, a 25 de Dezembro de 1910 são promulgadas as Leis de Família: o princípio do casamento como contrato de validade exclusivamente civil, que ao homem cabem tarefas de protecção e à mulher as tarefas de gestão da moral familiar e que o princípio de protecção é extensível aos filhos ilegítimos e suas mães.

O Decreto de 29 de Março de 1911, da reforma do ensino infantil, primário, normal, introduziu timidamente a coeducação dos sexos e cria oficialmente o ensino infantil para os dois sexos. As escolas do ensino primário elementar e complementar destinavam-se a educar crianças entre os 7 e os 14 anos visando a revelação das aptidões naturais dos alunos e a preparação para qualquer profissão. Em cada uma das freguesias do continente da República e das ilhas adjacentes deveria haver pelo menos uma destas escolas para cada sexo, podendo, na eventualidade de não existir número suficiente de alunos para a criação de duas escolas, ser fundada uma escola mista. No caso das escolas para o sexo masculino e das escolas para o sexo feminino o professor deveria ser do mesmo sexo dos seus alunos e, no que toca às escolas mistas, as aulas deveriam ser ministradas por uma professora. Por sua vez, as escolas de ensino primário superior, praticamente inexistentes, deveriam funcionar em regime de coeducação e destinavam-se a aperfeiçoar os conhecimentos apreendidos nas escolas elementares e complementares e, principalmente, a estimular, desenvolver e educar as aptidões naturais que os alunos possuam e que desejem valorizar para a vida. No que toca às escolas normais primárias, estas eram apenas três e destinavam-se à formação de professores primários, sediando-se em Lisboa, Porto e Coimbra. Também para estas escolas funciona o regime de coeducação dos sexos. Como nas escolas primárias os professores eram colocados de acordo com o sexo dos seus alunos, nas escolas normais também havia um curso geral para os dois sexos e um curso especial para cada sexo. No curso especial para a preparação do professorado feminino constavam as matérias de jardinagem e horticultura, trabalhos manuais e economia doméstica, frequência de uma maternidade nos últimos meses do curso e aulas de habilitação para a regência de escolas infantis, para as professoras que pretendessem leccionar nessas escolas. Em relação ao curso para o sexo masculino constavam, em especial as disciplinas de trabalhos manuais

e agrícolas e de exercícios militares e natação (MEIRELES-COELHO, 2009_c: 1911-03-29).

Em 1915, Adolphe Ferrière (1879-1960), fundador do *Bureau International des Écoles Nouvelles* (1899) no prefácio do livro *Une école nouvelle en Belgique* (pág. 9 a 17) de António Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939), enuncia trinta princípios segundo os quais era possível reconhecer uma "Escola Nova", entre os quais destaca-se aqui o da coeducação, que o autor defendeu da seguinte forma: "5. A coeducação dos sexos, praticada nos internatos e até ao fim dos estudos, deu, em todos os casos em que pode ser aplicada em condições materiais e espirituais favoráveis, resultados morais e intelectuais incomparáveis, tanto para os rapazes como para as raparigas. "

Seis anos mais tarde, em 1921, no Congresso da *Liga internacional para a educação nova* (continuidadora do *Bureau international des écoles nouvelles*) adopta-se em Calais os sete princípios da "educação nova" retocados a partir dos trinta princípios para as escolas novas, que Adolphe Ferrière enunciara. Nesta lista, a Liga continua a defender o regime de coeducação " (*coeducação significa ao mesmo tempo instrução e educação em comum*) *exclui o tratamento idêntico imposto aos dois sexos, mas implica uma colaboração que permite a cada sexo exercer livremente sobre o outro uma influência salutar.* "

Na Alemanha, em 1924, Peter Petersen (1884-1952) implementa o "*plano de Iena*", onde se segue um sistema de coeducação.

Em Portugal, no mesmo ano, realizou-se o primeiro Congresso Feminista com o intuito de comemoração do décimo aniversário do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), tendo sido presidido pelo Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, e que contou com a presença de importantes figuras políticas e associativas. Neste congresso foram apresentadas vinte e cinco teses, entre as quais importa destacar a da primeira médica e líder do movimento feminista, a uruguaia Paulina Luisi (1875-1950) que tratou o tema da "*Educação Sexual*". Paulina Luisi teve um papel relevante no seu país e a nível internacional pois escreveu várias obras onde defendia a paz, a liberalização do aborto, a educação da mulher em regime de coeducação e o seu livre acesso às profissões, a defesa das mães solteiras e a adopção da educação

sexual desde a infância nas escolas primárias, numa perspectiva de educação intelectual, científica e moral.

Em Junho de 1928, já durante a Ditadura Militar, ocorreu o segundo congresso do CNMP, onde Manuela de Palma Carlos, aluna da Faculdade de Letras de Lisboa no momento, fez uma intervenção sobre a temática da "*Coeducação*".

Os dois congressos revelaram-se importantes pois tiveram impacto na sociedade portuguesa bem como projecção internacional. No mesmo período realizaram-se ainda dois congressos abolicionistas, onde dirigentes daquela instituição também intervieram manifestando uma posição abolicionista em relação à prostituição, visto como o grande problema social e moral que afectava a sociedade. Destes congressos, destaca-se ainda a intervenção de Delfina Serrão que defendeu "*A coeducação como agente preventivo da prostituição*".

Em todos os congressos destacaram-se as intervenções de várias professoras, que vinham demonstrando preocupação em relação à situação da mulher e que procuravam dar resposta a várias lacunas, principalmente na área da educação.

Recuando, ainda a 1926, aquando do Congresso da Esquerda Democrática, Leonardo Coimbra (1883-1936) apresentou a Tese "*O problema da educação nacional*". O autor, reconhecendo que na sociedade existem homens e mulheres em colaboração na "*obra da cultura*", defendeu a questão da coeducação pois encarava a escola como uma preparação prática para a vida em sociedade. No entanto, considerava que existiam diferenças naturais entre os sexos e que, como tal, a coeducação deveria existir com adaptação da parte "*estética e técnica*" a estas diferenças. No que toca ao ensino e à direcção profissional da educação, Leonardo Coimbra também reconhecia vantagens na cooperação entre homens e mulheres, no entanto, uma vez que durante muitos séculos a mulher esteve afastada de tais cargos, o autor encarava que a sua entrada fosse gradual e condicionada e crescente conforme lhe fosse reconhecida a sua capacidade social.

Segundo um trabalho de análise apresentado por Helena Costa Araújo (1998), da Universidade do Porto, a "*Batalha em torno da coeducação*", em Portugal, gerou-se entre 1919 e 1927, durante os finais da República e os inícios da

Ditadura Militar. O debate estabeleceu-se entre educadores que se confrontaram em várias publicações, uns a favor da coeducação e outros opondo-se abertamente.

Os dois sectores distintos de jornais educativos da época constituídos por representantes dos sectores políticos, sociais e religiosos, antagónicos, uns marcadamente afectos a correntes conservadoras e outros ligados a correntes progressistas, disputaram as suas opiniões contraditórias de forma emocional e violenta, alertando a sociedade da época para a questão premente relacionada com a "*especificidade*" da educação das raparigas, face à igualdade perante os seus pares masculinos.

Tanto os que se opunham à coeducação como os que eram a favor, debatiam a questão baseados em factores de "*natureza*" dos sexos. Os conservadores argumentavam na base de que os sexos são naturalmente diferentes e que a vida social forçosamente teria que ser organizada em função da especificidade "*natural de cada um*". Os progressistas apoiantes da coeducação defendiam que a proximidade e o convívio educativo entre indivíduos do mesmo sexo só beneficiaria a salutar convivência social permanente, desde crianças até à vida adulta numa tentativa de auto-desenvolvimento.

Por trás de toda a problemática da coeducação estavam os vários movimentos políticos desde o republicano, ao anarquista e feminista. Era pois evidente ao longo de inúmeras edições dos jornais as várias tendências oporem-se sobre esta matéria. Os que lutavam contra a coeducação, afirmavam que a educação feminina não poderia ter como objectivo educar as mulheres nos mesmos termos políticos e sociais que os homens, apenas seria necessário para a sua "*emancipação*" serem boas esposas, mães e donas de casa. Estava-lhes reservado o papel de "*guardiãs da moralidade*" bem como a regeneração da sociedade portuguesa, numa tentativa de fortalecer a vida familiar e dar identidade à família nuclear, muito perturbada pelo contexto social e político que se vivia na época. Por sua vez, os apoiantes da coeducação estavam preocupados com a mudança social. A escola seria o meio por excelência de dar maior igualdade às mulheres, somente a coeducação conduziria os dois sexos a uma igualdade entre os cidadãos. Porém, também entre estes, as opiniões divergiam. Uns

defendiam que tanto rapazes como raparigas deviam partilhar o mesmo currículo, os mesmos espaços e os mesmos agentes educativos. Outros defendiam que a área de trabalhos manuais devia ser diferenciada e adaptada às características femininas e masculinas.

Por sua vez, os factores religiosos também influenciaram as opiniões. Um *"bispo francês"* escreveu uma carta pastoral traduzida e aproveitada por um jornal que comungava as ideias do clero português, banido pela República. Nessa carta transparecia a ideia da *"desmoralização das jovens gerações"* através da *"promiscuidade sexual"* ocasionada pela coeducação, podendo originar *"deformações físicas e psicológicas nos indivíduos"*. Um jornal anarquista analisou a perspectiva dos sectores da igreja católica e acusou-os de *"simulação e falsa virtude"* como forma manipuladora para acabar com a coeducação. Os liberais nesta matéria apoiavam-se nas conquistas da pedagogia científica, racional e moderna (Araújo, 1998).

Esta *"batalha"* em torno da coeducação de sexos nos quotidianos escolares acabou com a vitória do sector mais conservador da sociedade da época, levando a que já aquando da Ditadura Militar, a 29 de Junho de 1926, o Decreto n.º 11 795 de 29 de Junho de 1926 cessa o regime de coeducação em todos os centros de população superior a 5000 habitantes.

O Decreto n.º 15 032 de 15 de Fevereiro de 1928 decretava: *Artigo 1.º - Nas escolas das localidades em que haja mais de uma escola de instrução primária elementar é, desde já, estabelecido o regime de separação de sexos. Artigo 2.º - Será, contudo, mantido o regime de coeducação de sexos nas escolas situadas em localidades em que não haja outra escola de instrução elementar, ou naquelas em que circunstâncias especiais e excepcionais, como a distância entre os respectivos edifícios escolares, obrigue os alunos a longos percursos. ARTIGO 3.º — A Direcção-Geral do Ensino Primário e Normal fixará as escolas que se acharem nas condições da parte final do artigo anterior.*

Ainda a 26 de Outubro de 1926, o Decreto n.º 16 077 aprovou os programas do ensino primário elementar e as instruções para a execução dos mesmos, tornou os conteúdos programáticos e as disciplinas mais organizadas e compartmentadas, focando a importância do aspecto prático das mesmas, e

direccionando-as claramente para aspectos da vida pública e social dos futuros adultos. Interessa aqui destacar que havia também disciplinas vocacionadas para as raparigas, como é o caso da disciplina de Trabalhos Manuais para o Sexo Feminino, onde aprendiam várias técnicas de costura, malha e bordados para que pudessem confeccionar peças de vestuário para a família e decorativas para o seu lar. Outra disciplina para o sexo feminino era a de Economia Doméstica onde, desde cedo, as raparigas aprendiam as qualidades necessárias para se tornarem boas donas de casa e auxiliarem as suas mães ou substituí-las nos trabalhos caseiros, entre elas, técnicas de limpeza e arrumação da casa, economia do lar, culinária, papel da mulher na família, técnicas de conserto do vestuário, higiene e asseio da roupa, destacando-se aqui a expressão *"o asseio da roupa branca é indispensável à saúde e ao bem-estar físico"*, que denota uma preocupação com os cuidados a ter com a roupa interior.

Outra das disciplinas que fazia parte dos programas era a de Higiene, em que eram transmitidas várias regras para não alterar o bom funcionamento do corpo, mencionando vários tipos de doenças e de cuidados a ter para não afectar diversos órgãos. Nas orientações desta disciplina nunca se faz referência aos órgãos e a qualquer tipo de comportamento sexual que pudesse prejudicar o indivíduo, há sim, e é também interessante destacar, uma preocupação com o ser-se *"sóbrio, não abusar de excitantes (pimenta, alho, vinagre, etc.)"*.

Em 13 de Abril de 1929, o Decreto n.º 16 730 aprova novos programas para o ensino primário elementar, porém estas disciplinas continuam entre eles e seguindo as mesmas orientações.

A 11 de Abril de 1933 é promulgada a Constituição de 1933, termina assim o período da Ditadura Militar e começa o do Estado Novo.

Durante o Estado Novo a constituição e a defesa da família eram pilares do regime, na Constituição Portuguesa de 1933 ficou consagrado que o Estado deveria assegurar a constituição e a defesa da família pois esta era considerada um *"elemento estrutural da Nação"* (Parágrafo 3.º, do artigo 5.º) como fonte de conservação e desenvolvimento do povo português, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa. Assim, no artigo 13.º estava consagrado que compe-

tia ao Estado e às autarquias locais: *"1.º Favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família; 2.º Proteger a maternidade; 3.º Regular os impostos de harmonia com os encargos legítimos da família e promover a adopção do salário familiar; 4.º Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção, ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim; 5.º Tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes"*. Nos artigos 42.º reforça-se ainda que *"A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela..."* e no artigo 43.º que *"O Estado manterá oficialmente escolas primárias, complementares, médias e superiores e institutos de alta cultura. 1.º O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais."*

Em 30 de Novembro de 1939 surge uma Portaria que estabeleceu as bases para se pôr fim à coeducação no ensino primário elementar.

Em 1942, como complemento ao salário familiar, é publicado o Decreto-Lei 32 192, de 13 de Agosto, que institui o abono familiar. Portugal tornou-se um dos países pioneiros na criação de uma prestação social familiar e esta medida surgiu para garantir o auxílio e a protecção às famílias numerosas, da mesma forma que visava combater a injustiça resultante da atribuição do mesmo salário a trabalhadores de igual categoria, não considerando se estes eram solteiros ou se tinham encargos familiares.

Contudo, durante o Estado Novo houve uma postura conservadora e repressiva em relação às questões da sexualidade e do género, e um grande silêncio por parte da família, da escola e da sociedade, só quebrado entre os círculos de amigos. Nas escolas, os manuais e recursos escolares apresentavam os esquemas do corpo humano mutilados, isto é, sem representação dos órgãos genitais, estudavam-se os comportamentos sexuais das flores, de alguns animais e, muito raramente, dos humanos. Defendia-se uma política de separação de sexos, em que rapazes e raparigas frequentavam espaços distintos nas escolas. Isto porque se acreditava que, assim, se protegiam as crianças de

comportamentos considerados dispensáveis e perigosos quando, pelo contrário, este cuidado poderia reforçar a curiosidade e fomentar a falta de informação sobre o sexo oposto e a sexualidade. A escola, enquanto reflexo da sociedade em que se insere, reflectia então uma época em que se vivia sob um sistema político repressivo, conservador e moralista. Sendo um assunto tabu, a sexualidade era então vista como algo sujo, pecaminoso e perigoso, que não devia ser assunto de conversa e muito menos de estudo.

O que se praticava em Portugal não era muito distinto da realidade de outros países. Em França, no ano de 1968, os estudantes parisienses insatisfeitos com a rigidez e o conservadorismo da disciplina, dos currículos e da estrutura académica e sob a máxima "*É proibido proibir*", revoltaram-se exigindo mudanças educativas e sociais, entre elas a defesa da sexualidade, do estatuto da mulher e das relações entre sexos. Aconteceu então a grande revolução que ficou conhecida por Maio de 68. Este acontecimento levou a uma alteração de mentalidades, de liberdade de costumes e a uma quebra de tabus e foi também um grande impulso para a educação sexual, sob a máxima "*Libertem a palavra e libertareis o sexo*".

Este acontecimento teve repercussões em vários países e Portugal não foi excepção. Após o Maio de 1968 começaram a surgir várias explosões sociais, marcadas pela acção de movimentos juvenis, hippies e feministas que, entre outras coisas, colocavam em causa o modelo de negação e repressivo com que se abordava a sexualidade e a imagem da família patriarcal.

Foi nesta altura que surgiu também o movimento da anti-psiquiatria iniciado pelos britânicos David Cooper e Ronald Laing. Este movimento caracterizava-se por se opor ao psicodiagnóstico e à psicoterapia, levando ao aparecimento de novas teorias sobre as causas e o tratamento das doenças mentais, como a esquizofrenia. Os defensores deste movimento acreditavam que a origem da psicose não se limitava a causas somáticas mas também à influência nociva que a família e sociedade pudesse exercer sobre os pacientes, acreditavam ainda que não deviam existir hospitais psiquiátricos e que os doentes mentais deviam ficar em contacto com a sociedade. Na sequência deste movimento, em 1972, em França, Félix Guattari e Gilles Deleuze publicam o livro "*Anti-*

Édipo” que se tornou uma grande referência na época. Na obra, os autores efectuaram análises críticas originais da psicanálise e ofereceram propostas teóricas e práticas para os problemas que identificaram no legado freudiano.

Neste contexto, surgiu o Concílio do Vaticano II (1961-1965), um momento de reflexão radical da Igreja Católica face às exigências de adaptação às condições do mundo moderno, aqui os responsáveis pela disciplina de Religião e Moral começaram a debater alguns temas sobre sexualidade nas suas aulas, nomeadamente *“as relações sexuais entre jovens, a masturbação ou a homossexualidade [...] numa perspectiva de preparação para um futuro casamento saudável e duradouro”* (Vaz, Vilar e Cardoso, 1996: 54). Com isto, no plano de formação de sacerdotes, o Seminário dos Olivais passa a incluir a disciplina sobre *“Sexualidade, amor, matrimónio e família”* (1996: 54).

Em Portugal ocorreu em 1967 com a criação da APF, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como principais objectivos a promoção da saúde, educação e direitos nas áreas da sexualidade e planeamento familiar. A APF é federada na *International Planned Parenthood Federation*, a maior agência internacional de planeamento familiar de âmbito não governamental e a segunda maior agência de voluntariado a nível mundial. No nosso país, esta associação teve um papel pioneiro enquanto organização cívica e educativa e chegou à educação sexual por via da necessidade de promover a informação sobre o planeamento familiar, conceito então aplicado em países cujas taxas de mortalidade materna e infantil eram muito elevadas, como era o caso de Portugal. Solicitada por muitas escolas para *“fazer educação sexual aos jovens”*, a APF foi formulando uma posição de se tornar cada vez mais um recurso para as escolas e professores e não o actor fundamental da educação sexual nas escolas. A partir do 25 de Abril tornou-se mais fácil o desenvolvimento das suas actividades.

Em Janeiro de 1971, no âmbito da reforma protagonizada pelo então ministro da Educação Veiga Simão, forma-se a primeira comissão interministerial para o estudo da *“Sexualidade e Educação”*, integrada por técnicos de diversas proveniências, que tinham ideais liberais nesta matéria e que defendiam a necessidade de a escola integrar as questões da sexualidade. Esta comissão era

dirigida por Torres Pereira, professor de Higiene da Faculdade de Medicina e um dos primeiros dirigentes da APF, e nela constavam profissionais da Saúde Pública e Saúde Escolar, pedagogos e outros especialistas em Educação, assim como, alguns protagonistas das inovações que vinham surgindo nesta temática no seio da Igreja Católica, nomeadamente Luís Moita e Adelaide Pinto Correia que eram intervenientes nos debates da Igreja Católica e membros desta comissão.

Esta iniciativa revelou-se bastante surpreendente, na medida em que surgiu no seio de uma ideologia conservadora do regime de Marcelo Caetano e, como tal, foi fortemente atacada pelos sectores mais conservadores deste regime e rapidamente extinta pelo mesmo, em 1973. Os seus projectos não chegaram a ser concluídos, porém, a comissão alertou o Ministro sobre a importância de uma abordagem total e não mutilada dos mapas e esquemas do corpo humano nos manuais e recursos escolares e, além disto, fruto dos seus trabalhos terá sido aprovada a lei sobre coeducação, onde rapazes e raparigas passam a poder conviver nas salas de aula das escolas públicas.

É então publicado a 28 de Novembro de 1972 o Decreto-Lei n.º 482/72 que estipula que a partir do ano lectivo de 1973/1974, no sector oficial, devia ser restabelecido o regime de coeducação nas escolas de ensino primário e instituído no ciclo preparatório do ensino secundário. No documento, o presidente da República, Américo Deus Rodrigues Thomaz, reconheceu que devia ser generalizado este regime porque nas escolas onde tinha sido praticado (ora por experiências pedagógicas ora por condições específicas), bem como nos países onde já fora adoptada, vinha a revelar resultados bastante satisfatórios. Além disso, considerava positivo que desde cedo as crianças se habituassem a conviver com o outro sexo, preparando-se para melhor assumirem os seus papéis na sociedade, uma vez que a evolução social vinha a colocar homens e mulheres em igualdade de direitos e deveres na vida quotidiana. O documento, num discurso inspirador, afirma ainda que *"a autêntica diferenciação psico-social dos seres não se obtém pela respectiva separação ou isolamento, mas pelo convívio natural, onde as pessoas se confrontam, se reconhecem e se respeitam como diferentes e complementares"*. É reforçada ainda a ideia de que o objectivo da coeducação não era somente o de criar escolas mistas mas

sim a criação de um ambiente de camaradagem entre ambos os sexos nos vários momentos e espaços do quotidiano escolar, supondo ainda uma maior aproximação entre os professores e os alunos, assim como entre a escola e a família. Este documento defende igualmente que, a par da instituição da coeducação, também seja adoptado o princípio de igualdade entre sexos no que toca à contratação de pessoal docente, administrativo e auxiliar e no exercício de funções directivas.

Apesar das revoluções sociais e políticas decorrentes do 25 de Abril de 1974, a temática da educação sexual escolar não sofreu alterações imediatas, deram-se alguns acontecimentos e surgiram grupos de pessoas que defendiam a introdução da educação sexual nas escolas, contudo, no final da década de 80, nem sequer a reprodução humana tinha sido introduzida nos currículos do ensino básico. A reprodução continuava a estar prevista no contexto das Ciências da Natureza e na parte referente à *"existência de seres vivos e não vivos"*, no entanto, não era necessariamente a reprodução humana, uma vez que, no capítulo referente aos temas do corpo humano, o objectivo apresentado era *"relacionar funções vitais com órgãos do corpo humano: digestiva, respiratória, circulatória e excretora"*.

Entretanto, a Comissão da Condição Feminina deu origem a um projecto que levou à publicação de diversos recursos para professores, sobre os papéis masculino/feminino nos materiais escolares.

Segundo dados de Sampaio (1987), no ano de 1982 o *Diário de Notícias* fez uma sondagem de opinião pública para saber se os inquiridos achavam que a educação sexual deveria ou não ser introduzida na escola, ao que 56,3% dos inquiridos respondeu afirmativamente. Um ano depois, foi feito um estudo semelhante pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, por esta altura 81,4% dos inquiridos do sexo feminino e 89,4% dos inquiridos do sexo masculino responderam que concordavam com a necessidade da introdução de aulas de educação sexual em contexto escolar.

Em 3 de Abril 1982, é apresentada um projecto de despenalização do aborto pelo Partido Comunista Português, ocorrendo assim o primeiro debate parlamentar sobre esta questão. A 12 de Novembro do mesmo ano, houve nova

reunião na Assembleia da República para votação deste projecto. Neste primeiro momento, as opiniões dividiram-se e o projecto foi rejeitado por 127 votos contra, a lei relativa ao aborto não é alterada mas foi importante na medida em que deixa de ser tabu falar, discutir e apresentar soluções para o combate do aborto clandestino.

Em 1983, o Partido Comunista Português faz o anúncio de nova apresentação do mesmo projecto, entretanto o Partido Socialista também apresenta uma proposta sua para alteração da lei em vigor.

A 11 de Maio de 1984, a Assembleia da República debate a despenalização do aborto pela segunda vez. Neste debate parlamentar é aprovado o diploma apresentado pelo Partido Socialista com o apoio do Partido Comunista Português. Este conduziu à alteração da legislação em vigor. Com a nova lei – Lei n.º 6/84 – deixa de ser punível o aborto em situações bastante específicas, apresentadas no artigo n.º 140: *“a) Constitua o único meio de remover perigo de morte ou de grave e irreversível lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida; b) Se mostre indicado para evitar perigo de morte ou de grave e duradoura lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida, e seja realizado nas primeiras 12 semanas de gravidez; c) Haja seguros motivos para prever que o nascituro venha a sofrer, de forma incurável, de grave doença ou malformação, e seja realizado nas primeiras 16 semanas de gravidez; d) Haja sérios indícios de que a gravidez resultou de violação da mulher, e seja realizado nas primeiras 12 semanas de gravidez. ”*

1. 2 – A 1.ª lei sobre educação sexual: Lei 3/84

Na sequência da discussão sobre a despenalização do aborto, a 24 de Março de 1984, a Assembleia da República aprovou a primeira lei – Lei 3/84 – sobre “Educação Sexual e Planeamento Familiar”, que contém uma visão abrangente da educação sexual e que, pela primeira vez, faz a menção jurídica do acesso à educação sexual, enquanto componente fundamental da educação. Assim, numa perspectiva de proteger as famílias portuguesas, o Estado incumbe-se de *“promover, pelos meios necessários, a divulgação de métodos de planea-*

mento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma maternidade e de uma paternidade conscientes” (Lei 3/84, artigo 1.º).

No artigo 2.º é especificado o papel do Estado, considerando os aspectos práticos essenciais. Assim, na alínea 1, tendo como principal foco a protecção da família, o Estado garante a cooperação com os pais na promoção da educação sexual *“através da escola, das organizações sanitárias e dos meios de comunicação social”*. Seguidamente, na alínea 2, visando combater a discriminação entre sexos e os preconceitos tradicionais da atribuição de diferentes funções de acordo com o género, é referido que, tendo em consideração os diferentes ciclos de ensino, devem passar a ser contemplados nos programas escolares *“conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humana”*. Na 3.ª alínea, é demonstrada já uma grande preocupação em relação à formação inicial e contínua dos professores concernente à temática da educação sexual. Na última alínea, o Estado compromete-se a criar condições propícias para apoiar os pais na educação sexual, denotando-se uma vez mais uma grande preocupação por parte deste para com a família, possivelmente pelo reconhecimento do papel preponderante destes na educação sexual dos seus filhos.

Pouco depois, realizou-se em Lisboa um seminário sobre educação sexual nas escolas, levado a cabo pela APF e ao qual aderiram cerca de mil professores de vários níveis de ensino, dos quais mais de duas centenas eram professores do 1.º ciclo do ensino básico e do pré-escolar. Fruto do trabalho realizado neste seminário, a 5 de Outubro de 1984, a APF entregou ao Ministério da Educação uma proposta de integração da educação sexual nas escolas, contudo nada aconteceu, novamente, no sistema educativo.

Como a Lei 3/84 necessitava ser regulamentada num prazo de seis meses, em Agosto do mesmo ano, José Augusto Seabra, ministro da Educação da altura, cria um grupo de trabalho para que fossem elaboradas propostas de regulamentação da mesma. Simultaneamente é criado um outro grupo com o mesmo propósito pela Direcção-Geral da Família, um departamento dependente do Ministério dos Assuntos Sociais.

No ano seguinte, aparece a Portaria 52/85 que constituiu a regulamentação da Lei 3/84, contudo face a conjunturas sociopolíticas da altura, a questão da educação sexual foi mais uma vez deixada por resolver e acabou por se regulamentar apenas a parte referente ao planeamento familiar, revogando-se entre outras coisas, o impedimento do acesso dos jovens a consultas de planeamento familiar. Esta legislação constituiu o ponto de partida para muitos projectos de articulação Saúde – Educação, concretamente nesta temática.

1. 3 – A educação sexual na Lei de Bases do Sistema Educativo (1986)

Apesar da não regulamentação da Lei 3/84, nos anos que se seguiram, assistiu-se a um aumento das actividades de educação sexual nas escolas, protagonizadas por profissionais de saúde e por membros da APF.

Em 1986, volta-se a discutir o assunto em dois momentos distintos. Em primeiro lugar, o Ministério da Educação cria um despacho para tentar impor limites à actuação de organizações e profissionais exteriores ao sistema educativo, assim, o Despacho n.º 9/EBS/86 estipulava a necessidade de articulação prévia entre estes e os conselhos directivos, as associações de pais e os inspectores do ensino de cada área, para a realização das acções de educação sexual. Este despacho acabou por dificultar a realização de algumas acções, ao ser entendido como uma obrigação e não como um caminho desejável.

No segundo momento, discutiu-se a aprovação parlamentar da LBSE (Lei 46/86, de 14 de Outubro) que, no n.º 2 do artigo 47.º, atribui ao Sistema Educativo a responsabilidade de incluir nos currículos e nos quotidianos escolares a abordagem de temas ligados a questões do quotidiano e ao processo de desenvolvimento pessoal e social, incluindo também a educação sexual, situada numa nova área educativa definida como uma área transversal – a Formação Pessoal e Social: *“que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros no mesmo âmbito”*. Denota-se assim que esta nova área se encontra voltada para os interesses sociais e pessoais dos alunos, ao incluir temáticas intrínsecas às vivências e aos problemas do quotidiana-

no e não meramente académicas, promovendo o "*desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos*". É também importante salientar que, pela primeira vez, a educação sexual surge associada ao conceito de desenvolvimento pessoal e social e não apenas numa vertente biológica ou médico-preventiva.

Por esta altura, começa também a haver campanhas de prevenção da SIDA e a educação sexual assume o papel de preventora do alastramento desta doença. O Ministério da Educação começa a empreender acções de formação de docentes para que este tema possa ser tratado nas aulas, nomeadamente nas disciplinas de Saúde e Biologia.

É neste contexto que, com a equipa liderada por Roberto Carneiro, se inicia a reorganização curricular, formam-se novos programas e definem-se as novas áreas propostas pela LBSE.

A APF apresenta uma nova proposta ao Ministério da Educação tentando introduzir a educação sexual nos ensinos básico e secundário, mas sem grande êxito. Para o 1.º ciclo, a APF sugeria que a educação sexual partisse de quatro áreas fundamentais: o corpo sexuado; a sexualidade e as relações interpessoais; as expressões da sexualidade; o nascimento.

A 29 de Agosto de 1989 pelo Decreto-Lei 286/89 são definidos os planos curriculares dos ensinos básicos e secundários, "*tomando em consideração o conjunto das propostas apresentadas pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo e o contributo resultante do debate nacional que suscitaram, bem como o parecer que sobre elas produziu o CNE*". Deste modo, é tentada criar uma estrutura curricular que preserve a identidade nacional mas que seja também capaz de corresponder às exigências de modernidade colocadas tanto a nível nacional, como a nível internacional, dada a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Para aqui, importa salientar o que consta no artigo 7.º deste Decreto, intitulado "*Formação Pessoal e Social*" subdividido em sete pontos. No ponto 1 afirma-se que os currículos dos vários ciclos de aprendizagem devem ser elaborados no sentido da formação pessoal e social dos alunos para que estes desenvolvam o "*espírito crítico*" e interiorizem "*valores espirituais, estéticos, morais*".

e *cívicos*". No segundo ponto propõe-se a criação de uma nova disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS) onde se concretizem as matérias propostas na LBSE: educação ecológica, educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições e serviços cívicos. Nos pontos seguintes é referido que, em alternativa a esta disciplina, os alunos podem optar pela disciplina de Educação Moral Religiosa e Católica ou de outras confissões, sendo obrigatória a frequência de uma delas.

Neste artigo é ainda mencionado que o Ministério da Educação deverá estabelecer por despacho os conteúdos do programa a serem abordados na disciplina de DPS, assim como o plano de formação dos professores que ficarem responsabilizados pela leccionação da mesma, tendo em conta que a disciplina só poderá entrar em funcionamento quando as escolas dispuserem de docentes habilitados para tal.

Este Decreto-Lei prevê ainda a criação de uma área curricular não disciplinar – a Área Escola – com a duração anual de 95 a 110 horas que também poderá acolher iniciativas nesta área, uma vez que prevê *"a concretização dos saberes através de actividades e projectos multidisciplinares, a articulação entre a escola e o meio e a formação pessoal e social dos alunos"*.

No ano lectivo de 1991/1992, sob carácter experimental, dezanove escolas experimentam o programa, porém, a partir desta data, não houve mais nenhum procedimento para generalizar esta medida e a maioria das escolas não o fez.

As orientações programáticas do Ministério da Educação para o 1.º ciclo, aprovadas em 1990 (e ainda em vigor), integram nos seus objectivos e conteúdos também questões da sexualidade, na parte referente ao Estudo do Meio aparece agora a função reprodutora/sexual, no capítulo de abordagem das funções vitais do corpo humano. Contudo, apesar da existência da área de DPS, neste documento apenas são mencionadas as orientações para a Educação Moral Religiosa e Católica, sem sequer referirem a outra. Somente em 1991, é que o Instituto de Inovação Educacional elabora os programas de DPS para os vários ciclos de ensino.

No início da década de 90, o Ministério da Educação investe em meios e recursos significativos na promoção da saúde. Entre 1990 e 1993 cria o Projecto Viva a Escola, perspectivando a temática da educação para a saúde. A partir de 1993, através do Programa de Promoção e Educação para a Saúde (PPES) do Ministério da Educação, reforça o trabalho realizado pelo projecto anterior, constituindo um apoio importante às escolas na resolução de problemáticas relacionadas com a toxicodependência, SIDA, sexualidade e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Os Ministérios da Educação e da Saúde formalizam em 1994 uma parceria que visava a colaboração activa entre as escolas e os centros de saúde, igualmente visando a educação para a saúde. A Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS), integrada na Rede Europeia, é um dos resultados dessa parceria.

Em 1995, a APF, consciente de que a educação sexual continuava a ser esquecida nas escolas portuguesas, propôs ao PPES uma parceria para a realização de um projecto experimental de educação sexual durante três anos lectivos. A proposta foi aceite e o projecto foi realizado entre 1995 e 1998, em cinco escolas, entre elas, uma do 1.º ciclo de ensino básico, a EB1 de S. Julião, em Gouveia. Esta iniciativa mostrou que a educação sexual pode ser desenvolvida por professores, desde que estes recebam apoio e formação, que os pais não mostraram desagrado com a iniciativa, pelo contrário, mostraram-se disponíveis para colaborar e, acima de tudo, foi uma mais-valia para as crianças e jovens que nela participaram, esclarecendo-lhes as suas necessidades sobre a temática.

A 23 de Março de 1998, surge o primeiro Despacho-Conjunto entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde – n.º 271/98 – ainda na vigência do PPES. Este tinha como objectivo a organização do trabalho entre estes dois ministérios e, particularmente, do trabalho a desempenhar pela RNEPS, perspectivando a educação para a saúde e tendo como áreas prioritárias: a saúde oral, sexualidade, segurança, vacinação, prevenção do uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas e da SIDA.

No contexto desta iniciativa e de um referendo sobre a questão do aborto, realizado em Junho de 1998, reforçou-se a necessidade da educação sexual para os cidadãos portugueses.

Assim, em Outubro de 1998, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/98, foi aprovado o Relatório Interministerial para a Elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar, que inclui algumas medidas concretas para que se cumpram os princípios estipulados na Lei 3/84.

Este relatório foi apresentado por uma comissão, composta por elementos dos Ministérios da Educação, da Saúde, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade, das Secretarias de Estado da Juventude e da Habitação, que se comprometia a desenvolver um processo de generalização da educação sexual nas escolas portuguesas nos cinco anos seguintes.

Nesse documento, a educação sexual é entendida como *"(...) uma componente essencial da educação e da promoção da saúde"* e, como tal, era imperativo reforçar a concretização e aplicação das leis anteriores com vista a atingir os objectivos considerados prioritários:

- Promover a Saúde Sexual e Reprodutiva, tendo como alvo prioritário os adolescentes e as populações especialmente vulneráveis;
- Proporcionar condições para a aquisição de conhecimentos na vertente da Educação Sexual que contribuam para uma vivência mais informada, mais gratificante, mais autónoma e logo mais responsável da Sexualidade;
- Estimular o desenvolvimento de referências éticas, de atitudes, de afectos e de valores na família, na escola e na sociedade;
- Criar condições que permitam desenvolver as capacidades de cada cidadão para perceber e lidar com a sexualidade na base do respeito por si próprio e pelos outros e num clima de aceitação dos valores de tolerância, da não-discriminação e da não violência, de abertura à diversidade e da capacidade crítica de debate e da experiência de responsabilidade e autonomia;
- Promover as capacidades individuais que ajudem a construir uma consciência clara da importância da tomada de decisão, de recusa de comportamento não desejado e do conhecimento dos recursos para apoio quando este for considerado necessário;
- Criar condições para a gravidez planeada em que os factores de risco sejam atenuados, ou mesmo anulados através da melhoria da qualidade de prestações e cuidados de Saúde;
- Valorizar as actividades de educação e informação dirigidas a crianças e adolescentes facilitando condições adequadas para que estas tenham lugar;

– Rentabilizar e aumentar, a nível regional e local, a oferta/cobertura de cuidados apropriados em Saúde Sexual e Reprodutiva, nomeadamente em Planeamento Familiar e Saúde Materna, particularmente nas áreas mais carenciadas.

(Relatório Interministerial para a Elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar, 1998, 19-20)

Em Fevereiro de 1999, fruto da Resolução do Conselho de Ministros 7/99, foi aprovado o Plano para uma Política Global de Família em que se institui a aplicação de medidas que criem condições para uma maior adesão das famílias na vida escolar, *"através da organização e da colaboração de iniciativas que visem a melhoria da qualidade do ensino e da humanização das escolas"*. Neste relatório explicita-se também a necessidade de assegurar maior igualdade no acesso aos cuidados em saúde sexual e reprodutiva, por parte dos adolescentes e dos jovens, para o que se enfatiza a vantagem e haver *"articulação interinstitucional e multiprofissional"*.

1. 4 – A Lei 120/99 (1999)

A 11 de Agosto de 1999, a Assembleia da República aprovou nova legislação no âmbito da educação sexual – a Lei 120/99. Esta lei surge com a preocupação de assegurar maior eficácia aos mecanismos legais já existentes no sentido de garantir o direito a uma vida sexual e reprodutiva saudável. Nela estão consagradas medidas de reforço à necessidade de educar para a sexualidade, de aceder aos métodos de planeamento familiar e aos métodos contraceptivos de forma a evitar gravidezes indesejadas e as doenças sexualmente transmissíveis. O 2.º artigo desta lei é referente à Educação Sexual e nele, ao longo de cinco pontos, é apresentada a forma de como a educação sexual deve ser preconizada no contexto educativo.

O ponto 1 aponta para a implementação de um programa nos estabelecimentos do ensino básico e secundário que vise proporcionar um maior conhecimento às crianças, adolescentes e jovens da sexualidade humana, do aparelho reprodutor, da fisiologia da reprodução, das doenças transmitidas sexualmente, dos métodos de contracepção e do planeamento familiar. Toda esta informação deverá proporcionar o desenvolvimento do sentido de responsabilidade

individual e o incremento das relações interpessoais de forma a garantir o entendimento da igualdade entre os géneros.

No ponto 2 é especificada a forma como esses conteúdos serão incluídos nas várias "*disciplinas vocacionadas para a abordagem interdisciplinar desta matéria*" de forma coerente e integrando os restantes conteúdos numa tentativa interdisciplinar e com a preocupação máxima de preparar os jovens para uma "*futura maternidade e paternidade conscientes*".

O 3.º ponto refere que toda esta informação e conhecimentos deverão ser ajustados às faixas etárias dos diferentes ciclos de ensino, tendo em conta as "*especificidades biológicas, psicológicas e sociais*" das crianças, adolescentes e jovens e envolvendo todos os agentes educativos.

O ponto 4 expõe que para aplicar os conteúdos dos pontos anteriores há a necessidade de uma grande interacção entre a escola, os serviços de saúde locais e as associações de estudantes, pais e encarregados de educação.

O último ponto refere a importância da formação de docentes mencionando que nos planos de formação de docentes deverão estar incluídas "*acções específicas sobre educação sexual e reprodutiva*".

O 3.º artigo desta lei divide-se em dois pontos distintos e remete-nos para a "*Promoção das doenças sexualmente transmissíveis*". O ponto 1 menciona que deverá ser fomentada na escola a criação de um "*gabinete de apoio aos alunos*", que deverá, entre outras actividades a definir pela escola, realizar acções de promoção para a saúde sexual e reprodutiva em parceria com os serviços de saúde da área. No último ponto é reconhecida a importância da utilização do preservativo como forma de evitar doenças transmitidas sexualmente, assim, para criar a possibilidade dos jovens acederem aos mesmos, propõe a instalação de máquinas nos estabelecimentos de ensino superior e nos de ensino secundário, mas neste caso, depois de ouvidos os órgãos de direcção e as associações de pais e alunos.

A 12 de Agosto do mesmo ano, um dia após a publicação da Lei 120/99, é criada a "Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde" (CCPES), através do Despacho 15 587/99. Esta comissão veio suceder o PPES que teve término nesta altura e ficou delegada de coordenar a intervenção

para a saúde em meio escolar, particularmente nas áreas definidas como prioritárias a 23 de Março de 1998, no Despacho-Conjunto (ME/MS) n.º 271/98. A CCPES é definida neste despacho como *"uma estrutura apta a fomentar a iniciativa e a inovação na promoção da saúde em meio escolar, a priorizar intervenções específicas, a assegurar a articulação consistente entre os diferentes serviços e a parceria com o Ministério da Saúde e a consolidar e conferir carácter estrutural e permanente à intervenção para a saúde no âmbito do sistema educativo"*.

Com este Despacho, a lei reconhece então que a promoção da saúde é parte integrante do processo educativo e que a escola, numa perspectiva de promoção da saúde e da prevenção, é responsável pela realização de acções com outros serviços do Ministério da Educação, Ministério da Saúde e com outros Ministérios e entidades, bem como Organizações Não Governamentais.

A 18 de Julho de 2000 é publicado o Despacho-Conjunto n.º 734/2000, que determina que o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde devem prosseguir com a parceria para *"fomentar o desenvolvimento sustentado do processo de alargamento da RNEPS, garantindo que as escolas ou agrupamentos de escolas e os centros de saúde assumam responsabilidades complementares na promoção da saúde da comunidade educativa alargada"*.

A regulamentação da Lei 120/99 surgiu em 17 de Outubro do mesmo ano, com o Decreto-Lei 259/2000. A nota introdutória refere a preocupação que a sociedade portuguesa tem demonstrado nos últimos anos em assuntos relacionadas com a educação sexual, o planeamento familiar e a saúde reprodutiva, inseridos numa crescente afirmação dos direitos dos cidadãos à educação e à saúde. Competindo ao Estado acompanhar esta evolução, cabe-lhe legislar no sentido de promover medidas concretas de efectivação destes direitos.

Desde 1984 que vão sendo introduzidas medidas com o objectivo de colmatar as necessidades sentidas, especialmente pelos adolescentes e jovens, relacionadas com estas matérias. Simultaneamente, os processos em curso de reorganização do ensino básico e de revisão do ensino secundário também têm valorizado a abordagem integrada desta temática, considerando-a fundamental na educação e formação dos jovens.

A Lei 120/99 delega para os estabelecimentos de ensino a responsabilidade da aplicação das medidas previstas, sendo da sua competência o desenvolvimento de acções conjuntas em parceria ou associação com os serviços de saúde. Assim, este Decreto *"incorpora matérias referentes à organização da vida escolar, com especial relevância para a intervenção dos serviços especializados de apoio educativo das escolas, à organização curricular, favorecendo uma abordagem integrada e transversal da educação sexual, ao envolvimento dos alunos e dos encarregados de educação e as respectivas associações e à formação de professores"*.

Este Decreto-Lei encontra-se dividido em dois capítulos: *"Promoção da educação sexual"* e *"Saúde reprodutiva e planeamento familiar"*. Interessa aqui focarmos o primeiro que se divide em cinco artigos distintos.

O primeiro artigo *"Promoção da educação sexual em meio escolar"* subdivide-se em três pontos. O ponto 1 aponta para a obrigatoriedade da introdução da promoção da saúde sexual e da sexualidade humana, integrada nas disciplinas curriculares com programas que abordem a temática e também numa perspectiva interdisciplinar. O ponto 2 refere o dever de incluir no Projecto Educativo de Escola (PEE, elaborado nos termos do artigo 3.º do regime de autonomia, administração e gestão de escolas, aprovado pelo Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio) estratégias de promoção da saúde sexual em articulação com as famílias e entidades locais promotoras de saúde. O ponto 3 menciona que, de forma a garantir uma intervenção educativa integrada, o plano de trabalho de cada turma deve ser elaborado em harmonia com o PEE numa perspectiva interdisciplinar da promoção da saúde sexual.

O segundo artigo referente ao *"Apoio aos alunos"*, ao longo de três pontos, demonstra a necessidade de auxílio aos alunos no domínio da educação para a saúde, especialmente nos campos da sexualidade humana e saúde reprodutiva, competindo às direcções regionais de educação e às escolas estabelecer as parcerias com as administrações regionais de saúde e com os centros de saúde, respectivamente.

O terceiro artigo estabelece o acesso a preservativos em estabelecimentos de ensino secundário através de máquinas, só devendo este acontecer após con-

senso na comunidade escolar incluindo, se for o caso, esta medida no plano anual de actividades da escola.

No quarto artigo relativo à "*Intervenção dos pais e encarregados de educação*" refere que quando numa escola não existir uma organização representativa dos pais e encarregados de educação, estes deverão ser ouvidos através de assembleia-geral convocada para o efeito.

O quinto artigo concernente à "*Formação de docentes*" afirma que o Ministério da Educação deve conceder prioridade à concessão de apoios para a formação contínua de professores no âmbito da educação sexual e promoção da saúde.

Ainda em Outubro de 2000, após um moroso processo de consulta e de integração de pareceres e de sugestões variadas, é publicada a versão final do documento produzido no âmbito do projecto experimental, assinado pelos Ministérios da Educação e da Saúde e pela APF, e que recebe a designação de "*Educação Sexual em Meio Escolar – linhas orientadoras*".

Este documento foi distribuído por todos os estabelecimentos públicos de ensino e visava clarificar o conceito, o quadro ético de referência e a metodologia da educação sexual e fornecia numerosas pistas para o desenvolvimento de programas, para a formação de professores e articulação entre a escola e a família. Previa uma abordagem da temática em todos os ciclos de ensino, com um aprofundamento adequado ao nível etário dos alunos, bem como que, todas as disciplinas contemplassem a educação sexual nos seus programas e que houvesse trabalhos interdisciplinares e extracurriculares. Para que estas medidas funcionassem estava prevista a formação de um núcleo dinamizador e coordenador destas actividades e a formação do pessoal docente e de acção auxiliar de educação.

A 18 de Janeiro de 2001 é publicado o Decreto-Lei n.º 6/2001 que preconiza a criação de três Novas Áreas Curriculares, não disciplinares – Estudo Acompanhado, Área de Projecto e Formação Cívica, podendo as duas últimas surgir como espaços privilegiados para o cumprimento do estabelecido na LBSE, no que respeita ao papel da escola na formação pessoal e social das crianças e dos jovens.

Também em 2001 o Ministério da Educação publica um novo livro orientador para as escolas *Educação Sexual – material de apoio ao currículo – guia anotado de recursos*, que reforça o modelo curricular transversal, condicionando a responsabilidade da sua implementação à decisão das escolas:

O quadro legislativo actual torna obrigatória a inclusão desta área de formação global do indivíduo nos Projectos Curriculares das Escolas e das Turmas, na vivência de um currículo aberto, trabalhado em toda a escola. A Educação Sexual, como temática transversal, permite o desenvolvimento do currículo e será trabalhada quer nas áreas curriculares disciplinares (integrada nas disciplinas e de forma interdisciplinar), quer nas áreas não disciplinares (Área de Projecto e Formação Cívica). Quando nos referimos à Educação Sexual em meio escolar, pensamos num conjunto de acções estruturadas e intencionais, com conteúdos e objectivos definidos. Não desejamos reduzir a Educação Sexual a um Programa, ainda que bem preparado e necessário como base de trabalho.

(Ministério da Educação, 2001: 18-19)

1. 5 – As propostas de educação sexual em 2005: GTES e CNE

Apesar desta acelerada caminhada na história da educação sexual, esta ainda não satisfaz, nem faz parte do quotidiano de várias escolas portuguesas. Considerando as dificuldades de aplicação nas escolas das linhas orientadoras da educação sexual em meio escolar constituintes do Decreto-Lei 259/2000, de 17 de Outubro, e tendo em consideração a sensibilidade com que estas temáticas são acolhidas na opinião pública, importa que a *"definição dos modelos de aplicação e a efectivação de uma educação sexual em meio escolar sejam alicerçadas nas orientações de especialistas nestas matérias"*.

Como tal, a 15 de Junho de 2005, a Ministra da Educação, Maria de Lurdes Reis Rodrigues, publicou o Despacho n.º 19 737/2005 (2.ª série), onde o Ministério anunciou que iria criar uma comissão – GTES –, presidida pelo Prof. Doutor Daniel Sampaio, da Faculdade de Medicina de Lisboa, para avaliar e propor novas soluções de monitorização da educação sexual nas escolas portuguesas. Desta comissão fizeram também parte o Prof. Doutor Miguel Oliveira da Silva, da Faculdade de Medicina de Lisboa, a Prof. Doutora Margarida Gaspar de Matos, psicóloga da Faculdade de Motricidade Humana e a Mestre Maria Isabel Baptista, professora, na situação de requisitada na Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), no Ministério da Educação.

Este grupo de trabalho teve como objectivo estudar e propor os parâmetros gerais dos programas de educação sexual em meio escolar na perspectiva da promoção da saúde escolar. Tratou-se de uma medida que visava ainda, tranquilizar os pais e valorizar os professores que vinham desenvolvendo projectos nessa área pois, a 14 de Maio do mesmo ano tinha sido publicada numa reportagem do semanário *Expresso*, a ideia de que a educação sexual nas escolas portuguesas estava sem controlo, sendo apresentados exemplos ridículos de ensino nesta área, pelo que o Ministério quis garantir que não havia registo nos seus serviços de casos que possam ter relação com os divulgados.

Paralelamente, perante o debate que se vinha registando na sociedade portuguesa e face ao pedido da Ministra da Educação, a 27 de Outubro de 2005, o CNE pronuncia-se sobre o enquadramento da educação sexual na estrutura curricular portuguesa e sobre materiais curriculares que têm sido utilizados na escola. Reúnem-se membros da comunidade científica, especialistas, técnicos e diversas associações relacionados com programas e experiências pedagógicas na área da educação sexual, surgindo o Parecer "*Educação Sexual nas Escolas*", focado em cinco pontos essenciais: "*contextualização da Educação Sexual em meio escolar; olhares críticos sobre a Educação Sexual, entendida na dimensão da Educação para a Sexualidade; modelos de organização curricular; apreciação global; recomendações*". Este documento não reflecte posições singulares de especialistas ou associações mas resulta de uma ampla reflexão generalizada e consensualizada.

Em 31 de Outubro, do mesmo ano, o GTES apresentou um Relatório Preliminar que esteve em discussão pública até 16 de Novembro.

Este relatório foi objecto de parecer desfavorável pela Comissão Episcopal da Educação Cristã, que partilhando a preocupação e o interesse pela matéria em apreciação, enviou, por sua vez, o seu Parecer à DGIDC, a 15 de Novembro, contribuindo, assim, para o debate a decorrer sobre "Educação Sexual em Meio Escolar". Este Parecer lamentava a omissão "*da dimensão ética e dos valores*", a exclusão "*da perspectiva das religiões e das diversas culturas*" e "*uma visão demasiadamente negativa quanto às capacidades dos pais*" e propunha "*a inclusão de uma área curricular não disciplinar de educação da*

sexualidade na componente da formação pessoal e social". Em relação ao Parecer do CNE, esta comissão considera-o mais adequado, sugerindo-o para um trabalho futuro, uma vez que revela uma visão mais ampla dos conceitos de sexualidade e educação sexual, valorizando a dimensão ética e as características culturais das famílias, concedendo maior respeito pela autonomia das escolas quanto à gestão dos conteúdos básicos da educação sexual.

Para além da Comissão Episcopal da Educação Cristã, também outras associações apontaram duras críticas ao Relatório Preliminar do GTES.

A APF entendeu que a dinâmica proposta "*não [era] nova nem inovadora*" e discordou também com a integração da educação sexual na área da educação para a saúde, porque a primeira situar-se-ia num campo mais geral. Segundo o parecer da APF, a legislação existente era "*boa e suficiente*", faltava era ser aplicada. Critica ainda o facto de o relatório ser omissivo quanto ao enquadramento ético da educação sexual e limitado aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, deixando de parte incompreensivelmente os alunos do 1.º ciclo. No que toca ao Parecer do CNE, a APF concorda com o documento na generalidade, dado que enquadra a educação sexual na formação pessoal e social com carácter obrigatório e não opcional, e reafirma a natureza ética da educação sexual, contribuindo para a educação em valores.

A Associação «Juntos Pela Vida» também emitiu um parecer a exigir "*liberdade de escolha*" dos pais no modelo de educação sexual, afirmando que "*a educação das crianças não [era] uma actividade democrática*".

Apesar destas posições desfavoráveis, a 28 de Novembro de 2005, houve a aprovação do Relatório Preliminar do GTES, através do Despacho n.º 25 995/2005 (2.ª série), da ministra da Educação, dando conta da obrigatoriedade por parte das escolas de concretizar as orientações nesta área temática de forma transversal, disciplinar combinada com a inclusão temática na área curricular não disciplinar. O diploma prevê que a educação sexual e a promoção da saúde nas escolas sejam temáticas obrigatórias, devendo o mesmo GTES realizar as seguintes acções:

- a) Elaborar um guião para a exploração e concretização das temáticas da educação para a promoção da saúde nos planos curriculares disciplinares nos três ciclos do ensino básico;

- b) Elaborar um modelo de orientações programáticas para o tratamento do tema da componente curricular não disciplinar;
- c) Definir o modelo de aplicação e o modelo de controlo e acompanhamento das orientações programáticas do guião;
- d) Definir orientações programáticas para a formação contínua ou especializada dos professores;
- e) Definir o perfil de professor-coordenador desta área de formação;
- f) Definir orientações programáticas para a formação contínua ou especializada dos professores;
- g) Proceder à avaliação dos materiais pedagógicos em uso, designadamente os manuais;
- h) Identificar as condições que permitam a constituição de redes de escolas e de recursos pedagógicos a disponibilizar;
- i) Constituir um referencial que permita a criação, nas escolas de ensino secundário, de gabinetes de atendimento e apoio ao aluno.

Na sequência das actividades desenvolvidas pelo GTES e do Despacho n.º 25 995/2005 (2.ª série), em 7 de Fevereiro de 2006, foi celebrado um Protocolo entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação

tendo em vista o desenvolvimento de actividades de promoção da educação para a saúde em meio escolar, as opções tomadas pelo Ministério da Educação no sentido da clarificação das políticas educativas de educação sexual e as opções tomadas pelo Ministério da Saúde no sentido da dinamização da promoção da saúde na escola (...).

Por esta altura, também foi apresentado um Edital do Ministério da Educação propondo às escolas a apresentação de projectos na área da Educação para a Saúde, ao qual se candidataram 186 agrupamentos. Estes receberam uma monitorização mais próxima do GTES, um subsídio para a aquisição de material necessário para os projectos, a propagação de boas práticas e uma avaliação mais ponderada.

Em 27 de Setembro, do mesmo ano, o Secretário de Estado da Educação Valter Lemos emite um Despacho determinando que:

1. Os Agrupamentos/Escolas devem incluir no Projecto Educativo da Escola (PEE) as temáticas conexas com a Promoção e Educação para a Saúde.
2. No contexto referido no número anterior consideram-se temáticas prioritárias: a) Alimentação e actividade física; b) Consumo de substâncias psico-activas; c) Sexualidade; d) Infecções sexualmente transmissíveis, designadamente VIH-Sida; e) Violência em meio escolar.
3. Dentro do quadro de autonomia dos Agrupamentos/Escolas, o Projecto Educativo de Escola (PEE) deve ser concebido de acordo com as prioridades

identificadas no número anterior e em articulação com as famílias dos alunos.

4. Cada Agrupamento/Escola nomeia um coordenador responsável pela prossecução dos objectivos fixados no presente despacho.
5. Os Agrupamentos/Escolas devem articular com os Centros de Saúde o desenvolvimento das acções conducentes à protecção e promoção da saúde global.

Em 4 de Janeiro de 2007, é tornado público um Relatório de Progresso (GTES, 2007) que resume as suas actividades durante o ano de 2006 e que define os objectivos de trabalho até ao final do ano lectivo de 2007, altura em que deverá terminar a sua actividade.

No dia 7 de Setembro de 2007, o GTES publica o seu relatório final reafirmando *"a importância da Promoção e Educação para a Saúde nas escolas do 1.º ao 12.º ano"*. No entanto, esta só deverá ser de carácter obrigatório a partir do 2.º ciclo de escolaridade. Considera que a educação para a saúde, tendo em conta a especificidade de cada ambiente escolar, deve ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino e integrar o PEE, sujeitos a quatro áreas fundamentais: *"Alimentação e Actividade Física; Consumo de substâncias psico-activas, tabaco, álcool e drogas; Sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis, com relevância para a prevenção da SIDA; Violência em meio escolar/Saúde Mental"*.

Este relatório propõe também a obrigatoriedade da avaliação dos conhecimentos nesta área temática e atribui uma grande importância a um professor coordenador da área de Educação para a Saúde, definindo o seu perfil. Para além disto, privilegia ainda um método de trabalho assente na metodologia de projecto e na participação activa dos alunos com a colaboração dos seus encarregados de educação, devendo o tema ser abordado de acordo com a idade dos alunos, através de acções com continuidade. Ainda são sugeridas possíveis parcerias para o desenvolvimento dos trabalhos nesta área, nomeadamente associações científicas e de estudantes de medicina e projectos apoiados pelo Instituto Português da Juventude.

1. 6 – Lei 60/2009 (2009)

A 6 de Agosto de 2009, é publicada a Lei 60/2009, uma iniciativa legislativa do Partido Socialista que rege a aplicação da educação sexual em meio escolar, devendo ser aplicada nas escolas a partir do início do presente ano lectivo (2009/2010) nos estabelecimentos de ensino básico e secundário da rede pública e nos da *"rede privada e cooperativa com contrato de associação, de todo o território nacional"*.

Este documento estipula como *"Finalidades"* (artigo 2.º) da educação sexual as seguintes:

- a) A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa;*
- b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade;*
- c) A melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais dos jovens;*
- d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infecções sexualmente transmissíveis;*
- e) A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais;*
- f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais;*
- g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada;*
- h) A promoção da igualdade entre os sexos;*
- i) O reconhecimento da importância de participação no processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde;*
- j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos;*
- l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual.*

Em relação às *"Modalidades"* (artigo 3.º) para o ensino básico, a educação sexual deverá fazer parte integrante da educação para a saúde, nas áreas curriculares não disciplinares. Para o ensino secundário, para além destas áreas, também as áreas curriculares disciplinares deverão abordar esta temática. No ensino profissional, a educação sexual também deverá integrar a área de edu-

cação para a saúde. Apesar destas instruções, a educação sexual também poderá ser abordada em transversalidade nas restantes disciplinas.

No que toca aos "*Conteúdos Curriculares*" (artigo 4.º) será da competência do Governo definir as orientações curriculares específicas para cada ciclo de ensino.

A "*Carga Horária*" (artigo 5.º) não deve ser inferior a seis horas para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, nem inferior a doze horas para o 3.º ciclo do ensino básico e secundário.

No 6.º artigo, legisla a obrigatoriedade de inclusão da temática nos projectos educativos de escolas e no 7.º artigo acrescenta também que deverá também ser criado para cada turma o projecto de educação sexual da turma, onde devem constar os temas que irão ser abordados, as iniciativas e visitas a promover bem como todos os agentes envolvidos e entidades externas à escola a convidar.

O artigo 8.º diz que cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada deve eleger um professor-coordenador e uma equipa interdisciplinar da educação para a saúde e educação sexual a quem será garantida a formação necessária para o desenvolvimento dessas funções. Para além disto, cada turma terá um professor responsável pela educação para a saúde e educação sexual.

No artigo 9.º é mencionado que para além das pessoas envolvidas nos projectos mencionados no ponto anterior, devem também ser estabelecidas parcerias com profissionais de saúde das unidades de saúde locais, podendo também ser estabelecidos protocolos com organizações não governamentais especializadas na área em questão.

Esta lei prevê ainda no 10.º artigo que para os estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário devem ser disponibilizados profissionais com formação nas áreas da educação para a saúde e educação sexual em gabinetes de informação e apoio aos alunos. Os gabinetes deverão funcionar "*obrigatoriamente pelo menos uma manhã e uma tarde por semana*" e devem assegurar um espaço na Internet com informação que responda às questões colocadas pelos alunos, garantindo-lhes também o acesso aos meios contracetivos adequados. Para estes, o prazo de organização é um pouco mais

alargado do que o estipulado para a aplicação da lei nas escolas, devendo estar em funcionamento *"até ao início do ano lectivo de 2010-2011"*.

No artigo 11.º, o documento prevê finalmente um papel activo por parte dos encarregados de educação, dos estudantes e das respectivas estruturas representativas na concretização dos objectivos desta lei.

A 1 de Setembro do mesmo ano, na sequência da publicação da lei mencionada anteriormente, a DGIDC emite uma circular para todas as escolas básicas, secundárias e profissionais com recomendações para a concretização dessa mesma lei. Assim, é mencionado que o professor coordenador de educação sexual deve ser o mesmo que coordena a educação para a saúde, competindo-lhe integrar um projecto de educação para a saúde no Plano Curricular de Turma, bem como, propor e dinamizar a equipa interdisciplinar que tem a seu cargo as tarefas definidas no artigo 8.º da lei. Ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, à educação sexual deve dedicar-se no mínimo 6 horas no âmbito da educação para a saúde podendo também recorrer-se à Área de Projecto. Para a concretização do tema da educação sexual é também recomendado que todas as iniciativas devem prever a articulação com os Centros de Saúde e/ou outras instituições/recursos comunitários, bem como as famílias e com os alunos, considerados no documento como *"agentes importantes no processo de mudança"*.

No dia 15 do mesmo mês, a DGIDC emite uma nova circular onde constam propostas de conteúdos mínimos na área da educação sexual para cada ciclo de ensino. Estes conteúdos integram-se no Currículo Nacional do Ensino Básico e também no Relatório Final, apresentado pelo GTES em 2007.

No que toca ao 1.º ciclo do ensino básico, as propostas de conteúdos mínimos são as seguintes:

- *Noção do corpo;*
- *O corpo em harmonia com a Natureza;*
- *Noção de família;*
- *Diferenças entre rapazes e raparigas;*
- *Protecção do corpo e noções dos limites, dizendo não às aproximações abusivas.*

No 2.º CEB devem ser contempladas as seguintes temáticas:

- *Puberdade: aspectos biológicos e emocionais;*
- *O corpo em transformação;*
- *Caracteres sexuais secundários. Normalidade e importância e frequência das suas variantes bio-psicológicas (heterocronia);*
- *Diversidade, tolerância;*
- *Sexualidade e género;*
- *Reprodução humana e crescimento. Contraceção e planeamento familiar.*

Para o 3.º CEB estão previstos os seguintes conteúdos:

- *Compreender a fisiologia geral da reprodução humana;*
- *Compreender o ciclo menstrual e ovulatório;*
- *Compreender a sexualidade como uma das componentes mais sensíveis da pessoa humana, no contexto de um projecto de vida que integre valores (ex: afectos, ternura, crescimento e maturidade emocional, capacidade de lidar com frustrações, compromissos, abstinência voluntária) e uma dimensão ética;*
- *Compreender a prevalência, uso e acessibilidade dos métodos contraceptivos a conhecer, sumariamente, os mecanismos de acção e tolerância (efeitos secundários);*
- *Compreender a epidemiologia e prevalência das principais infecções sexualmente transmitidas em Portugal e no mundo (incluindo infecção por VIH/Vírus da Imunodeficiência Humana – VPH/Vírus do Papiloma Humano – e suas consequências) bem como métodos de prevenção; Saber como se protege o eu próprio corpo, prevenindo a violência e o abuso físico e sexual e comportamentos sexuais de risco, dizendo não a pressões emocionais e sexuais.*
- *Conhecer as taxas e tendências nacionais da maternidade em geral e da adolescência em particular e compreender o respectivo significado;*
- *Conhecer as taxas e as tendências das interrupções voluntárias de gravidez, suas sequelas e respectivo significado;*
- *Compreender a noção de parentalidade no quadro de uma saúde sexual e reprodutiva saudável e responsável.*

Para o ensino secundário, "sem prejuízo dos conteúdos enunciados no 3.º ciclo", devem ser abordados temas como "o género, família, parentalidade, interacção no namoro, respeito/violência, dizer «não» a pressões emocionais e sexuais, interacção inter pares, comportamentos sexuais virtuais veiculados pela Internet, maus tratos (abuso físico e psicológico) e sexualidade e projecto de vida.

Tradicionalmente, durante vários séculos na Europa, a sexualidade foi considerada assunto íntimo e vergonhoso do qual não se podia nem devia falar, sujeita a tabus, mitos e preconceitos. A vivência da sexualidade era feita de acordo com normas de comportamento sexual rígidas, mas não explícitas, caracterizando-se pelo secretismo, sendo um assunto sobre o qual não se devia falar.

A publicação do livro "*Elementos de Sciencia Social ou Religião Physica, Sexual e Natural*" de auto-designado UM DOUTOR EM MEDICINA (1876), representativa do que se pensava e fazia de meados do séc. XIX a meados do séc. XX, manifesta, por um lado, a necessidade do recurso ao anonimato e, por outro, uma abordagem da educação sexual não-formal baseada num paradigma preventivo, uma vez que o autor considerava que a má informação dos indivíduos a nível sexual era a principal responsável pelos grandes males sociais. Freud, desde os princípios do séc. XX procurava tratar a repressão e distúrbios sexuais pela psicanálise. O movimento da anti-psiquiatria e do "*Anti-Édipo*" dos anos 1960-70 acompanharam os primeiros movimentos de ruptura e revolucionários sobre a sexualidade, com expressão visível no Maio de 68 e, a partir daí, começa-se a discutir a necessidade de integração de questões relacionadas com a sexualidade nos quotidianos escolares. Em Portugal adopta-se o paradigma revolucionário, é generalizado o regime de coeducação dos sexos nas escolas e surgem recursos para professores acerca dos papéis masculino/feminino nos manuais escolares, em que se defendiam essencialmente os direitos da mulher.

No ano de 1982 ocorre o primeiro debate parlamentar sobre a despenalização do aborto e em 1984 este assunto é levado pela segunda vez a debate. Na sequência desta discussão surge a primeira lei sobre educação sexual, sustentada essencialmente num modelo de educação médico-preventivo, intimamente relacionado com a saúde pública.

Em 1986, a educação sexual surge referida na LBSE, situada numa nova área educativa transversal – a Formação Pessoal e Social – que deveria colmatar as insuficiências do modelo anterior ao integrar os aspectos psicossociais nos objectivos de uma educação para a sexualidade.

A partir do início da década de 90 foram formalizados alguns projectos perspectivando a educação para a saúde culminando com a aprovação do *Relatório Interministerial para a Elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar* em 1998.

Ainda perspectivando a educação para a saúde, um ano depois surge nova legislação no âmbito da educação para a sexualidade visando garantir o direito a uma vida sexual e reprodutiva saudável.

Com a publicação do documento "*Educação Sexual em meio escolar: linhas orientadoras*" (2000) e com a criação das novas três áreas curriculares não disciplinares (2001), a educação para a sexualidade volta a perspectivar a formação global do aluno como desenvolvimento pessoal e social.

A partir do ano de 2005 e até então, a educação para a sexualidade voltou a reger-se por paradigmas que perspectivam essencialmente a saúde pública, apesar de esta ser uma forma muito limitada de se abordar esta área do desenvolvimento humano.

Assim, tem vindo a fazer-se confusão quanto aos paradigmas de referência nas abordagens da educação para a sexualidade em contexto escolar. Não se espera uma educação sexual mas sim uma educação para a sexualidade, enquanto construção pessoal e social dos indivíduos. Por isso, defende-se que até aos doze anos a educação sexual ou para a sexualidade deve ser integrada na formação pessoal e social de cada aluno na sua relação com os ambientes familiar, escolar e social e a de que a partir dos doze anos deve ser abordada na continuação da formação pessoal e social de cada aluno, focando os aspectos biológicos e psicossociais, complementada com perspectiva extra-escolar da saúde pública e reprodutiva.

Acima de tudo é esperado que a educação para a sexualidade passe efectivamente a fazer parte dos quotidianos escolares de inúmeros alunos portugueses, em particular nos do 1.º CEB, pois até agora tem esbarrado com uma resistência sustentada na irresponsabilidade de que por ser de todos não é de ninguém numa escola disciplinar com dificuldade em acções pedagógicas multi, inter e transdisciplinares.

2. Paradigmas e modelos de educação sexual em Portugal

Em qualquer situação da sua vida, o indivíduo está sujeito a actuar de acordo com o seu próprio quadro de valores que vai construindo através das suas vivências nas suas relações com o próximo, inserido num determinado meio social. Da mesma forma, também todo o processo educativo se rege por determinado quadro de valores. Assim, sendo a sexualidade uma componente essencial da vida humana e a educação para a sexualidade uma componente intrínseca ao processo educativo, também esta se vai reger por quadros de valores e modelos de referência.

Ao longo deste capítulo tenta-se compreender e clarificar os valores subjacentes à educação para a sexualidade, apresentando diferentes modelos educativos que existem para abordagem desta matéria.

2. 1 – Paradigmas subjacentes às propostas do CNE e do GTES

Parecer CNE versus Relatório Preliminar GTES

Tal como já referido anteriormente, em Maio de 2005, a actual equipa ministerial retomou o assunto da educação para a sexualidade, abrindo publicamente um processo de reflexão e debate nesta área. Acabaram por surgir dois documentos com diferentes propostas de acção: um parecer do CNE (2005) e um Relatório Preliminar do GTES (2005) que se regem por diferentes modelos de educação para a sexualidade e que se pretende que sejam aqui confrontados.

Parecer “Educação sexual nas escolas” do CNE

Neste parecer, o CNE, baseando-se numa vasta documentação, nomeadamente em documentos que foram constituindo progressos essenciais na formação pessoal e social, na educação para a saúde e na educação sexual, reconhece que o tema da educação sexual em meio escolar é bastante complexo, no entanto assume que se deve falar de uma educação para a sexualidade, não a

reduzindo à componente cognitiva mas também considerando que dela fazem parte "*valores, afectos, atitudes, comportamentos e saberes*" (2005: 33), reafirma assim a natureza ética da educação sexual e a sua contribuição para a educação em "*valores e para os valores*".

Há então um enquadramento da educação sexual na área da Formação Pessoal e Social, tal como disposto na LBSE:

O CNE reitera que a Educação Sexual em meio escolar é uma componente da área da Formação Pessoal e Social, que se encontra na educação em valores e para os valores.

(2005: 34)

Situando a educação sexual como uma finalidade do sistema educativo, o CNE reforça o seu carácter obrigatório e não opcional, considerando que esta deverá fazer parte da do quotidiano dos alunos, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, uma vez que:

A Educação Sexual é transversal aos conteúdos e actividades desenvolvidas no seguimento do cumprimento dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário, nomeadamente ao nível dos conteúdos programáticos, das experiências de aprendizagem formais e informais e das relações interpessoais que ocorrem em contextos escolares.

(2005: 36)

O CNE apresenta também várias recomendações ao Ministério da Educação no sentido de que se atribuam "*competências a um coordenador no quadro das funções intermédias de gestão existentes nas escolas*" (2005: 36) para que se responsabilizem as escolas pela inserção de projectos educativos e curriculares que contemplem actividades inerentes à educação sexual e a outras áreas de Formação Pessoal e Social e de que se desenvolvam e consolidem mecanismos de avaliação efectiva de todas as acções relacionadas com esta educação, inclusivamente das actividades no âmbito dos protocolos estabelecidos com as ONG.

Neste parecer é ainda reforçada a importância da articulação escola-família:

Valorizar o papel das famílias na implementação da Educação Sexual em meio escolar. A participação e o acompanhamento dos pais e educadores, no contexto da intervenção dos demais elementos da comunidade educativa, são aspectos fundamentais em qualquer decisão que venha a ser tomada relativamente à Educação Sexual em meio escolar.

(2005: 35)

É também feita a recomendação de que sejam consideradas como prioritárias, na formação inicial e contínua de professores, a educação sexual e outras componentes da área da Formação Pessoal e Social, e ainda que se reconheça a valorização profissional dos professores que se tenham especializado nessa componente curricular.

Este documento não foi porém o que progrediu e que foi seleccionado pelo Ministério da Educação, mas sim o Relatório Preliminar do GTES que se apresenta em seguida.

O Relatório Preliminar do GTES

Neste relatório, o GTES retoma a proposta de que a educação sexual seja uma área integrante da educação para a saúde:

A educação sexual, definida como um processo pelo qual se obtém informação e se formam atitudes e crenças acerca da sexualidade e do comportamento sexual, deve ser integrada numa nova dinâmica curricular de Promoção e Educação para a Saúde.

(2005: 4)

Não sendo em si incorrecto, este conceito, poderá ser limitador, uma vez que a educação para a sexualidade deverá transcender a saúde e situar-se numa área mais abrangente do crescimento do indivíduo e da sua formação pessoal e social.

Este relatório reforça também que a educação sexual, incluída na educação para a saúde, deverá ter um carácter obrigatório, prioritário e com implementação de processos de avaliação, no entanto limita-a aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. O ensino pré-escolar e o 1.º ciclo são assim excluídos e, para o ensino secundário, apenas é proposta a criação de um "*Gabinete de Atendimento ao Aluno, onde estará sempre disponível um professor em regime de rotatividade*" (2005: 74), não havendo assim educação em contexto de turma. Esta decisão é um pouco incompreensível, uma vez que em Portugal existem já várias experiências positivas ao nível desses ciclos de ensino e, também em todos os países europeus com educação sexual nas escolas, ela estende-se do 1.º ciclo ao ensino secundário.

Neste relatório é também dada grande importância à necessidade de articulação escola/famílias:

Os pais e os encarregados de educação deverão estar em contacto permanente com a planificação e execução desta área, numa perspectiva de colaboração com a escola responsável.

(2005: 4)

Da mesma forma, também se valoriza a articulação entre as escolas e os serviços de saúde e ainda ao carácter complementar do papel das ONG. Realça-se ainda a importância da formação futura de professores ao nível desta área, limitando as entidades formadoras ao ensino politécnico e superior.

2. 2 – Modelos de educação para a sexualidade

Idealmente, a educação deve ser um processo reflexivo e não de mera transmissão de informação, bem como ter um aspecto socializador, visando o desenvolvimento global do indivíduo, preparando-o para a vida em sociedade e dotando-o de uma capacidade crítica que lhe permita, sempre que necessário, abandonar padrões e recriar aspectos da sociedade.

No entanto, ao longo dos séculos, a educação foi utilizada para atingir diferentes finalidades, nomeadamente políticas, religiosas, ideológicas ou sociais, procurando moldar pessoas dentro de determinadas normas e padrões culturais, não permitindo normalmente a contestação de valores.

Tal como em todo o processo educativo, também ao nível da educação para a sexualidade se encontram diferentes quadros de valores orientadores, diferentes objectivos e finalidades que nos permitem distinguir diferentes modelos educacionais que reflectem as várias dinâmicas escolares.

A área da sexualidade humana é sem dúvida um assunto que ao longo dos tempos tem levantado grande controvérsia e conflitos ao nível dos valores que lhe estão subjacentes. Assim, aqui apresentar-se-ão os modelos de educação sexual pelos quais os educadores se regem e têm vindo a colocar em prática para a abordagem desta temática.

De acordo com Vitiello, podem-se “*identificar quatro grandes modelos de enfoque para a educação sexual*” (1995: 22), nomeadamente:

O modelo demográfico

Este modelo é baseado nas doutrinas de Malthus, economista inglês do século XIX, que defendia diversos métodos para reduzir a natalidade, entre os quais a continência sexual e o casamento tardio. Como tal, valoriza os aspectos relativos ao ensino de métodos de controlo da natalidade.

Apesar de não ser um modelo simplesmente repressor, este é utilizado frequentemente como forma de exercer repressão sexual e até mesmo para controlar a sexualidade feminina.

O modelo médico

Neste modelo, há uma grande preocupação em transmitir aos alunos as técnicas utilizadas para evitar doenças transmitidas sexualmente e, fundamentalmente, para prevenir a Sida.

O autor afirma que este modelo é frequentemente usado como forma de repreensão sexual, pois encara a sexualidade como algo arriscado, perigoso e que pode ser conducente à morte.

O modelo feminista

Este modelo valoriza a procura da equidade entre os géneros, lutando contra os preconceitos que recaem sobre as mulheres e procurando atribuir-lhes uma maior liberdade no uso da sua sexualidade.

De uma forma mais extrema, este modelo poderá deixar de tentar equiparar homens e mulheres e, por outro lado, procurar a supremacia do género feminino, em detrimento masculino.

O modelo humanista

Neste modelo, o processo educativo é encarado como um meio para atingir a felicidade e valoriza a sexualidade como uma garantia de prazer sem provocar danos a nenhum sujeito.

Este é o modelo preferido pelo autor que considera que o objectivo da educação sexual deve ser preparar "*as pessoas para usarem de maneira responsável sua liberdade, sendo assim um agente de promoção da felicidade individual e colectiva*". O autor considera também que as questões de carácter

médico-preventivas não devem ser os objectivos principais da educação sexual, uma vez que serão consequências naturais caso se *"educar para uma liberdade responsável, que faça com que o indivíduo não apenas busque seu prazer pessoal, mas respeite a liberdade sexual, os limites e a integridade do outro"*. Acrescenta ainda que o amor devia ser *"o alvo e a verdadeira finalidade de todo o preparo que envolve a educação sexual"* (1995: 23).

Por sua vez, Vaz, Vilar e Cardoso (1996) apresentam ainda outros modelos de educação para a sexualidade, especificamente:

Os modelos impositivos

Consideram impositivos os modelos que assentam em *"razões de ordem religiosa ou ideológica"* e que *"têm como objectivo fundamental a veiculação de normas de comportamento sexual rígidas"*.

Assim, nestes modelos, entende-se que a vivência da sexualidade deve ser feita de acordo com determinados princípios, não atendendo à opinião e vontade pessoal.

Nestes modelos os autores inserem *"quer os de natureza religiosa, quer os modelos que, mesmo conotando positivamente a sexualidade, apontam para normas rígidas de comportamento, em binómios de normal/anormal, progressista/conservador ou saudável/patológico"* (1996: 36).

Os autores subdividem ainda estes modelos em **modelos conservadores**, afirmando que estes continuam a *"ter uma dimensão significativa na sociedade portuguesa"* (1996: 36) e que são as organizações de carácter confessional que os protagonizam. Nestes modelos a sexualidade é valorizada negativamente e limitada a funções reprodutivas entre casais após o matrimónio, não aceitando desta forma os relacionamentos sexuais antes do casamento, o auto-erotismo e a homossexualidade.

Os modelos de ruptura impositivos

Tal como o nome indica, estes modelos surgem para contrariar os modelos anteriores, rejeitando a *"moral sexual repressiva protagonizada pelos vários aparelhos ideológicos do Estado e, entre eles, o sistema educativo"* e travando

"um combate ideológico através da proposta de uma moral sexual alternativa" (1996: 39).

Actualmente, este modelo que também procura impor formas de comportamento previamente idealizadas, não tem grande relevância no contexto da educação para a sexualidade uma vez que os profissionais de educação estão ligados mas não dependentes de ideais políticos e também não existe apenas uma forma de viver a sexualidade mas sim várias de acordo com as vivências de cada indivíduo.

Os modelos médico-preventivos

Tal como no modelo médico mencionado por Vitiello (1995), estes modelos estão intimamente relacionados com a saúde. As componentes médicas e fisiológicas da sexualidade são os seus principais enfoques em detrimento das emocionais e relacionais.

Estes modelos são frequentemente utilizados pelas várias instituições de saúde e pelos programas de Biologia e Ciências da Natureza leccionados nas nossas escolas, e os seus objectivos principais são:

- *A aquisição de conhecimentos sobre a anatomia e fisiologia da reprodução e as doenças sexualmente transmissíveis (sintomas e meios de tratamento);*
- *O conhecimento dos métodos contraceptivos e das formas mais eficazes de prevenir o contágio das DST.*

(1996: 40)

Apesar destes aspectos serem importantes, estes modelos têm graves lacunas pois não abrangem as relações interpessoais dos alunos, a nível de sentimentos, afectos, atitudes e valores, da mesma forma que também não transmitem uma imagem positiva da sexualidade humana.

O modelo de Desenvolvimento Pessoal e Social

Este modelo surgiu com a necessidade de colmatar as insuficiências do modelo anterior e de integrar os aspectos psicossociais nos objectivos da educação sexual. Em Portugal, a APF teve um papel importante nesta alteração, pois partindo de acções centralizadas no planeamento familiar e na contracepção, desde cedo começou a integrar a vertente psicossocial.

Este modelo é considerado pelos autores como "*o mais actual e pertinente*" (1996: 45) uma vez que, não ditando regras ou normas de conduta comportamentais, aborda uma sexualidade humana baseada nas seguintes vertentes:

- *Uma vertente biológica, constituída pelo conjunto de fenómenos que fazem do nosso corpo um corpo sexuado (anatomia e fisiologia da sexualidade e da reprodução, resposta sexual humana);*
- *Uma vertente psicológica, que engloba processos como a identidade de género (aquisição de papéis sexuais), a orientação (ou seja, a hetero, homo e bissexualidade), a auto-imagem e a construção da identidade sexual e todo o processo relacional, em particular, as relações afectivo-sexuais;*
- *Uma vertente social, que engloba a discussão dos valores e atitudes, os modelos morais que recobrem as vertentes anteriores.*

(1996: 42-43)

A nível temático, os autores apontam que neste modelo serão abordadas as seguintes questões:

o corpo (anatomia e fisiologia da sexualidade e da reprodução), os comportamentos sexuais, a orientação sexual, a sexualidade ao longo da vida, a sexualidade nas relações afectivas que estabelecemos, a discussão e clarificação de valores e atitudes face à sexualidade, aspectos sociais da sexualidade (as leis, a moda, as minorias sexuais, os abusos sexuais, a exploração comercial da sexualidade) e também as complicações, dificuldades e doenças relacionadas com a sexualidade bem como formas de prevenção e apoios existentes.

(1996: 43)

Neste modelo, a sexualidade é encarada também como uma "*construção pessoal*" (1996: 42) e a educação para a sexualidade como "*um processo contínuo [...] presente em todo o percurso escolar, ora na vertente inter e transdisciplinar, ora com espaços específicos de abordagem*". Esta deve ainda, "*promover o debate e a escolha crítica*", garantir "*a flexibilidade de conteúdos*", a "*promoção da autonomia individual*" e "*participação activa de [...] professores e outros profissionais, os alunos e as suas famílias*" (1996: 44).

Já Vilar (2002), na sequência de um debate promovido pela APF sobre "*Questões éticas e modelos de educação sexual*", apresenta o seguinte modelo que foi defendido nesse contexto:

O modelo biográfico, profissional e democrático

Este modelo recebe a designação de biográfico, uma vez que procura ajudar as crianças a fazerem escolhas morais respeitadoras de si próprias e, simultaneamente, dos outros.

É também designado de profissional pois pode, e deve, requerer a participação de profissionais para a abordagem das várias questões subordinadas ao tema.

Por último, designa-se por democrático porque *"defende a educação sexual como um espaço de debate entre diferentes posições morais e, por isso, recusa estratégias de 'doutrinação', de convencimento."*

López Sánchez (2008), catedrático de Psicologia da Sexualidade da Universidade de Salamanca, também escreveu um artigo sobre os modelos de educação sexual na escola que se encontra publicado no site da APF. No artigo, o autor destaca seis modelos distintos:

O modelo "revolucionário"

Neste modelo, a educação sexual é vista como um meio para alcançar *"a transformação socioeconómica da Sociedade"*. Assim, realça temas como a igualdade social das mulheres, dos homossexuais e dos transexuais.

Dos modelos apresentados pelo autor, este é o que ele considera ter deixado de ter *"presença directa"* nos quotidianos escolares, sendo apenas representado por alguns grupos reivindicativos dos direitos da mulher, dos homossexuais, dos transexuais, entre outros.

O modelo de riscos ou modelo preventivo

Ao contrário do modelo anterior e segundo o autor, o modelo de riscos ou modelo preventivo *"na prática, é o mais presente e ao qual os governos dedicam mais recursos"*, não é considerado exclusivo porque já se considera que a educação sexual é mais que a *"prevenção de riscos"*.

Os principais temas abordados com este modelo são a prevenção de gravidezes não desejadas, de doenças sexualmente transmissíveis e de abusos e agressões sexuais a crianças, adolescentes e entre adultos.

O modelo moral ou de abstinência

Também segundo López Sánchez, este modelo tem vindo a ganhar mais presença por dois motivos essenciais: por um lado, *"o pensamento conservador tomou novo vigor com o poder dos Estados Unidos"* e, por outro lado, *"em*

numerosos países não deixaram de aumentar as gravidezes não desejadas em adolescentes e jovens, tendo-se tomado mais consciência das agressões sexuais e sendo ainda um objectivo diminuir os números da SIDA".

Deste modo, incentiva os adolescentes a manter abstinência sexual como preparação para o matrimónio e prevenção de problemas.

O modelo democrático

Entre outros países, como o Canadá, este modelo tem estado implantado nos países do Norte e Centro da Europa.

Este modelo promove uma atitude crítica e pressupõe a existência de diferentes *"biografias sexuais saudáveis"*. Para tal, oferece informação variada, *"valores partilhados por toda a sociedade e respeito pelas diferenças"*.

O modelo biográfico-profissional

Este modelo denomina-se por profissional porque a informação transmitida abrange os vários aspectos da sexualidade: aspectos biológicos, reprodutivos e contraceptivos, valores, afectos, construções sociais e condutas sexuais.

Denomina-se também por biográfico pois considera que cada indivíduo, baseando-se nas suas crenças e valores, seja capaz de ter uma atitude crítica e reflexiva, tomando diferentes opções que lhe permitam construir biografias sexuais distintas e que sempre promovam o seu bem-estar.

O modelo pós-moderno

Através deste modelo, a actividade sexual é encarada como algo obrigatório *"em qualquer idade ou estado"*. Transformando a sexualidade num *"produto de consumo"* acaba por a abordar de uma forma muito superficial e imprecisa, sobretudo através dos *media*, onde se encontra muito presente actualmente.

Finalmente, Teresa Tomé Ribeiro (2009) apresenta-nos um modelo de educação para a sexualidade que se propõe seguir uma vez que o considera o mais adequado à sociedade actual vista como extremamente sensual e erótica.

O modelo conceptual de desenvolvimento integral da pessoa

Neste modelo a sexualidade integra-se na dimensão da personalidade e tem como principal finalidade *"o treino de competências individuais (life skills)"*, contribuindo para que os jovens (os destinatários deste programa têm idade superior a 10 anos) *"possam dar continuidade ao seu crescimento pessoal, possibilitando-lhes a tomada de decisões responsáveis, livres, informadas e esclarecidas sobre o estilo de vida que pretendam assumir"*. Para a autora, as competências individuais a atingir são a *"estruturação da auto-estima interna, do auto-controlo, da gestão das emoções, da assertividade e da tomada de decisão"* e os valores que estão inerentes a este modelo são *"a responsabilidade, o respeito por si e pelo outro, a liberdade, a intimidade e fidelidade do ao projecto de vida"* (2009: 43).

2. 3 – Valor(es) da [na] educação para a sexualidade

Conceito de sexualidade

Encontrar uma definição para o conceito de sexualidade não é uma tarefa fácil pois, tal como o de outras realidades da vida humana, este é bastante complexo e amplo.

É mais fácil dizer que a sexualidade não é o que tradicionalmente a caracterizava: algo pecaminoso, imoral, sujo e feio ou um acto exclusivo aos homens, aos casais unidos pelo matrimónio e à reprodução.

Actualmente sabemos que a sexualidade é bem mais abrangente e que não é sinónimo dessas realidades. De acordo com Félix Lopez, a sexualidade é uma dimensão psicológica muito importante e afecta todo o corpo; inclui inúmeras possibilidades para obter prazer, ter filhos, sentir desejos, emoções e afectos em relação a outras pessoas, abraçar e ser abraçado, amar e ser amado; fomenta e encontra todo o seu sentido unida a sentimentos positivos e a vínculos afectivos, como o enamoramento, que dão alegria e sentido à vida e às relações.

Na tentativa de uma definição de sexualidade, a Organização Mundial de Saúde propõe o seguinte conceito: *"A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental"* (Pereira, 2006: 15).

De acordo com estas perspectivas vemos que o desenrolar da sexualidade é uma área da vivência humana que se processa continuamente, desde que nascemos até à nossa morte e que, segundo as autoras Veiga, Teixeira e Couceiro abrange três vertentes: *"biológica (enquanto seres com corpo sexuado), psicológica (identidade de género, orientação sexual, auto-imagem, relações afectivo-sexuais) e social (valores, comportamentos, normas e modelos)"* (2001: 12). Para além destas, Margarida Gonçalves Neto, coordenadora nacional para os Assuntos da Família, acrescenta outras três vertentes: *"Comunicativa e relacional (a que diz respeito às relações entre as pessoas, às maneiras de comunicar, estabelecer laços e compromissos). Ética (relativa às opções e às responsabilidades da vivência sexual perante si e perante os outros). Espiritual (que diz respeito à relação com o transcendente, com o sentido da vida, da morte e da existência)."*

A sexualidade é então sobretudo uma construção pessoal desde o dia em que recebemos um corpo sexuado, começando um processo continuado que parte da descoberta e da aceitação do nosso corpo e do nosso sexo pelo reconhecimento e pela recusa do outro sexo, respeitando e aceitando as diferenças e características de cada um. Este processo é feito numa sociedade que cada vez mais coloca homem e mulher lado a lado em diversificadas situações, importa por isso que cada indivíduo tenha uma conduta de respeito, amor, dignidade e responsabilidade no estabelecimento das suas relações com o outro e com a vida.

Assim, a vivência da sexualidade é um processo progressivo que ultrapassa várias etapas até à morte de cada indivíduo e, de acordo com a idade que este

possui, também vai tendo interesses sexuais, comportamentos e formas de expressão diferentes e de acordo com cada etapa da vida.

Sexualidade em crianças ao nível do 1.º CEB

Quando a criança atinge a idade da escolaridade obrigatória é já detentora das suas capacidades motoras essenciais, a sua linguagem encontra-se desenvolvida, está preparada para entender a lógica da realidade concreta e já revela uma certa independência em relação a seus pais, criando as suas amizades e grupos de pertença pois já consegue controlar os seus comportamentos de acordo com os papéis, as regras e as normas sociais e morais. Esta relativa estabilidade biológica, intelectual, linguística e social fazem com que esta fase seja propícia às actividades pedagógicas da escolaridade básica.

De acordo com as etapas psicosssexuais de Freud, durante o período da idade escolar ou latência, a criança tende a reprimir suas curiosidades sexuais e, desta forma, libera a energia necessária para concentrar-se em tarefas intelectuais e sócio-pessoais.

De acordo com López e Fuertes nesta fase *"os órgãos genitais estão pouco desenvolvidos e os caracteres sexuais secundários acabam de aparecer, a quantidade de [hormonas] no sangue é muito pequena; as sensações de prazer ainda não adquiriram significado específico; os estímulos eróticos não provocam atracção sexual, ou, pelo menos, atracção clara e consistente; elas não se sentem especialmente atraídas umas pelas outras; suas actividades sexuais baseiam-se em motivos diferentes dos adultos"* (1992: 10).

No entanto, esta é também uma fase em que as crianças tendem a ter uma grande curiosidade sobre tudo o que observam e ouvem, tudo o que as envolve e também sobre o comportamento dos adultos, começando a levantar questões para compreenderem a razão das coisas. Como tal, interessam-se também bastante por compreender a sua origem e a história da sua família, perguntando aos pais como se conheceram, como foi a gravidez da mãe, como nasceram e como se comportavam durante a infância.

De acordo com Pereira, no que diz respeito a comportamentos sexuais, por esta altura a criança que até aqui vinha demonstrando interesse em conhecer o seu corpo e o das outras crianças, demonstra agora vontade de ver os corpos mas passando a fazê-lo com o intuito do brincar e da realização de determinados jogos sexuais (brincar aos médicos, por exemplo), que não são negativos porque *"não existe violência ou manipulação nestes comportamentos"* (2006: 32).

A autora acrescenta que é também *"frequente as crianças continuarem a tocar e a acariciar os seus órgãos genitais, acontecendo, por vezes, masturbar-se. Esta actividade já assume um carácter mais privado. Os rapazes começam a comparar o tamanho dos respectivos pénis, sob a forma de brincadeira. Por volta dos 10 anos, as crianças procuram informação sobre sexo e interessam-se em pesquisar sobre os seus órgãos e respectivas funções e gostam de aprender palavras sexualizantes e piadas «ditas obscenas»"* (2006: 32).

Em relação à moral sexual, a criança começa a adquiri-la a partir dos 5 anos de idade, a criança começa a controlar os seus actos de acordo com o que os adultos esperam dela e lhe ensinaram através de comentários, exemplos, gestos e castigos, compreendendo assim o que é bom ou mau, justo ou injusto.

Para além das normas transmitidas pelos adultos, a criança adquire esta moral sexual também de acordo com o que observa no comportamento da sociedade em que está inserida, familiares, professores, companheiros e *media*. Com esta variedade de influências, a criança acaba por se deparar por vezes com determinadas incoerências entre determinados discursos e práticas uma vez que pode ir criando valores e opiniões, sem que haja ainda nessa idade capacidade crítica para interpretar a informação que lhes é transmitida.

Neste contexto, para além dos pais na sua condição de primeiros educadores, a escola poderá ser um bom ideal para debate e estruturação destas ideias e para construção de um maior entendimento e conhecimento pessoal e dos outros.

A educação para a sexualidade

Tal como várias áreas da vivência humana, a sexualidade está sujeita a um processo de aprendizagem idêntico aos das várias aprendizagens que ocorrem ao longo da vida e a uma construção pessoal dos indivíduos.

Este processo detém determinadas características: é contínuo uma vez que, desde o nascimento até à morte, estará presente em todos os contextos; é bastante conflitual, resultando de uma grande diversidade de agentes educativos e de uma grande quantidade de informação contraditória; e é progressivo, ou seja, deve ser feito de acordo com o nível de desenvolvimento do sujeito.

Assim, a todas as formas de transmissão de valores e informações de âmbito sexual pode considerar-se como educação sexual sendo que esta pode ser informal, quando decorre da própria experiência por influência da família, dos amigos e dos *media*, ou intencional. Esta pode ter um carácter formal se for integrada no currículo escolar e levada a cabo por um professor, ou não formal, se for viabilizada por outros agentes educativos na escola extracurricularmente.

Contudo e apesar de ser quase sempre utilizado, talvez o termo adequado para este tipo de educação não seja o de educação sexual mas sim o de educação para a sexualidade, tal como nos diz Rouyer: *"as palavras adequadas: a educação para a sexualidade"*.

Ainda segundo este autor, *"não existe pedagogia da sexualidade"*, as crianças devem apenas receber informações sobre a sexualidade que visem orientá-las no seu desenvolvimento e ajudá-las a progredir no ritmo das suas descobertas:

A criança é um investigador infatigável que observa, interroga, analisa o que vê, elabora teorias sobre a sua identidade, as suas origens. Ela olha e fica à espreita das reacções dos que a rodeiam. Procura sempre saber mais, informa-se junto dos adultos e dos seus amiguinhos. Responder claramente às perguntas da criança apazigua a inquietação que as teorias sexuais inexactas suscitam.

(Rouyer, 2005: 61-62)

Em qualquer área do conhecimento humano é isto que deve acontecer, a educação deve ser um processo reflexivo, que se paute pelo estímulo ao diálogo e

à curiosidade da criança, que neste processo de comunicação deve receber informações e por si própria deve estruturá-las e fazer as suas descobertas, só assim é que aprenderá e produzirá conhecimento significativo.

No que toca à educação para a sexualidade, este processo educativo, assente numa base de diálogo, confiança e respeito mútuo, deve encaminhar os alunos ao esclarecimento das suas dúvidas, alcançando respostas não apenas enquadradas nas normas e valores da sociedade mas adequadas às suas vivências e necessidades. Deve então haver uma promoção duma sexualidade flexível, responsável e gratificante, ajudando as crianças a respeitarem-se, a respeitarem a liberdade dos outros e a aumentarem as suas capacidades de decisão e auto-estima a nível sexual. E, apesar de várias pessoas considerarem que esta possa despertar uma curiosidade dos jovens e um início precoce da actividade sexual, já se concluiu que essa noção é falsa. Um cidadão informado é o que toma decisões responsáveis, logo, quanto mais cedo se iniciar, melhor as crianças aprenderão a tornar-se sensíveis às suas necessidades bem como às dos outros, a apreciar e a respeitar as diferenças individuais e a tomar conta das suas semelhanças.

Contudo, actualmente, a educação para a sexualidade é feita maioritariamente de modo informal e nem sempre da melhor forma possível. Muitas vezes, os seus principais agentes são a televisão, a Internet e as revistas que conduzem a uma exposição prematura e a excesso de estímulos sexuais, que orientam para o lado biológico da sexualidade, deixando a afectividade e os valores, componentes intrínsecos da sexualidade, no esquecimento, podendo interferir no desenvolvimento emocional das crianças em fase de formação de valores, conceitos, modelos de conduta e de comportamento sexual.

Neste sentido, é fundamental se esclareçam estes conceitos e preconceitos que acabam por suscitar dúvidas nas crianças, reforça-se então a urgência de uma educação intencional e a importância da implicação da família e dos profissionais de educação nesta formação, uma vez que estes continuam a ser importantes modelos na vida das crianças.

É então fundamental facilitar a estes agentes a aquisição de saberes e competências imprescindíveis para abordarem explicitamente os temas da sexualidade, para interferirem em situações espontâneas e, ainda, para sinalizar e encaminhar situações específicas e que carecem da intervenção de outros profissionais, nomeadamente da saúde.

De acordo com a publicação do ano 2000 dos Ministérios da Educação e da Saúde, que também reforça a necessidade efectiva da articulação escola-família, a educação para a sexualidade no 1.º CEB deve ser realizada com a finalidade básica de *"contribuir para que as crianças construam o «Eu em relação», através de um melhor conhecimento do seu corpo, da compreensão da sua origem, da valorização dos afectos e da reflexão crítica acerca dos papéis sociais de ambos os sexos"*. Este objectivo está elaborado para realçar *"quatro áreas temáticas prioritárias, justificadas para as idades em causa e considerando os centros de interesse mais comuns, visando proporcionar às crianças: um melhor conhecimento do seu corpo; a compreensão da sua origem, ou seja, dos mecanismos da reprodução humana; a valorização dos afectos que os ligam aos outros; a capacidade para se confrontarem com os modelos socioculturais do masculino e do feminino"*. Estas quatro áreas que devem ser trabalhadas em uníssono estão pensadas para contribuir para o desenvolvimento pessoal e social das crianças, devem ser integradas e articuladas com as restantes áreas do currículo do 1.º CEB, não trabalhadas isoladamente e sempre com a preocupação em manter uma atitude criativa, participativa e de responsabilização. Este documento apresenta detalhadamente as necessidades da educação sexual específicas para cada ciclo de escolaridade, em relação aos alunos do 1.º CEB é ainda esperado que estes tenham:

Aumentado os seus conhecimentos acerca:

- das diferentes componentes anatómicas do corpo humano, da sua originalidade em cada sexo e da sua evolução com a idade;*
- dos fenómenos de discriminação social baseada nos papéis de género;*
- dos mecanismos básicos da reprodução humana, compreendendo os elementos essenciais acerca da concepção, da gravidez e do parto;*
- dos cuidados necessários ao recém-nascido e à criança;*
- do significado afectivo e social da família, das diferentes relações de parentesco e da existência de vários modelos familiares;*

- *da adequação das várias formas de contacto físico nos diferentes contextos de sociabilidade;*
- *dos abusos sexuais e de outros tipos de agressão.*

Desenvolvido atitudes:

- *de aceitação das diferentes partes do corpo e da imagem corporal;*
- *de aceitação positiva da sua identidade sexual e da dos outros;*
- *de reflexão face aos papéis de género;*
- *de reconhecimento da importância das relações afectivas na família;*
- *de valorização das relações de cooperação e de interajuda;*
- *de aceitação do direito de cada pessoa decidir sobre o seu próprio corpo.*

Desenvolvido competências para:

- *expressar opiniões e sentimentos pessoais;*
- *comunicar acerca de temas relacionados com a sexualidade;*
- *cuidar, de modo autónomo, da higiene do seu corpo;*
- *envolver-se nas actividades escolares e para a sua criação e dinamização;*
- *actuar de modo assertivo nas diversas interacções sociais (com familiares, amigos, colegas e desconhecidos);*
- *adequar as várias formas de contacto físico aos diferentes contextos de sociabilidade;*
- *identificar e saber aplicar respostas adequadas em situações de injustiça, abuso ou perigo e saber procurar apoio, quando necessário.*

(2000: 66–69)

Neste documento, os autores dividem em três períodos ou estágios de desenvolvimento sexual, durante a "*segunda década de vida*", alertando que as iniciativas em torno da educação sexual devem atender ao facto de envolverem indivíduos em diferentes fases de desenvolvimento com interesses e preocupações distintas.

Assim, os autores situam a primeira fase até cerca dos 12 anos, ou seja, o equivalente ao 2.º CEB. Por esta altura, os alunos apresentam uma maior capacidade para se interrogarem sobre a vida dos adultos, nomeadamente questões relacionadas com a reprodução e sobre os comportamentos amorosos e sexuais, demonstrando uma maior capacidade de reflexão, de construção e armazenamento dos conhecimentos. Muitas crianças ainda estão a iniciar a puberdade e os sinais mais significativos ainda não são muito evidentes, há uma relativa estabilidade emocional mas começam a despertar alguns sentimentos de pudor e de vergonha em relação ao seu corpo, formam-se grupos

monossexuais, surgem paixões que são omissas e a prática da masturbação é frequente.

A segunda fase corresponderá à idade dos 13/14 anos, em frequência do 3.º CEB. Neste estágio de desenvolvimento surgem as transformações físicas e emocionais características da puberdade, a curiosidade e as dúvidas em relação ao que percebem nos contextos escola – família – sociedade aumentam, bem como o desejo sexual e as sensações eróticas. Começam a quebrar os grupos monossexuais, as paixões começam a ser assumidas, surgem os primeiros relacionamentos amorosos e, conseqüentemente, aparecem os primeiros sucessos e desgostos amorosos. Existe também a tendência para a masturbação e exploração do corpo e para a fantasia e culto de ídolos e não tanto em relação com parceiros reais. Nesta fase, há também um crescente desejo de autonomia e um aumento da conflitualidade com os pais em volta das questões de liberdade e disciplina.

Por sua vez, a terceira fase corresponde à idade dos 15 anos ou final do 3.º CEB. Esta é a fase em que se denota um incremento dos relacionamentos amorosos e sexuais e a explicitação da orientação sexual e da escolha de parceiros é mais clara. Há ainda um aumento da prática da masturbação e a vivência da sexualidade é feita em torno de sensações de risco e de experimentação. Nesta fase, as necessidades de informação são fruto das vivências dos adolescentes.

Os autores consideram ainda que no decurso destes ciclos de escolaridade os alunos tenham:

Aumentado e consolidado os conhecimentos acerca:

- das dimensões anatomo-fisiológica, psico-afectiva e sociocultural da expressão da sexualidade;*
- do corpo sexuado e dos seus órgãos internos e externos;*
- das regras de higiene corporal;*
- da diversidade dos comportamentos sexuais ao longo da vida e das diferenças individuais;*
- dos mecanismos da reprodução;*
- do planeamento familiar e, em particular, dos métodos contraceptivos;*
- das infecções de transmissão sexual, formas de prevenção e tratamento;*
- dos mecanismos da resposta sexual humana;*

- *das ideias e valores com que as diversas sociedades foram encarando e encaram a sexualidade, o amor, a reprodução e relação entre sexos;*
- *dos recursos existentes para a resolução de situações relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva;*
- *dos tipos de abuso sexual e das estratégias dos agressores.*

Desenvolvido atitudes:

- *de aceitação das mudanças fisiológicas e emocionais próprias da idade;*
- *de aceitação da diversidade dos comportamentos sexuais ao longo da vida;*
- *de reflexão e de crítica face aos papéis estereotipados atribuídos socialmente a homens e mulheres;*
- *de reconhecimento da importância dos sentimentos e da afectividade na vivência da sexualidade;*
- *de aceitação dos diferentes comportamentos e orientações sexuais;*
- *de prevenção face a riscos para a saúde, nomeadamente na esfera sexual e reprodutiva;*
- *de aceitação do direito de cada pessoa decidir sobre o seu próprio corpo.*

Desenvolvido competências para:

- *expressar sentimentos e opiniões;*
- *tomar decisões e aceitar as decisões dos outros;*
- *comunicar acerca do tema da sexualidade;*
- *aceitar os tipos de sentimentos que podem estar presentes nas diferentes relações entre as pessoas, incluindo no âmbito da sexualidade;*
- *adoptar comportamentos informados em matérias como a contracepção e a prevenção das ITS;*
- *adequar as várias formas de contacto físico aos diferentes contextos de sociabilidade;*
- *reconhecer situações de abuso sexual, identificar soluções e procurar ajuda;*
- *identificar e saber aplicar respostas adequadas em situações de injustiça, abuso e perigo e saber procurar apoio, quando necessário.*

(2000: 78–80)

Por último, para os autores, após as transformações típicas da puberdade os jovens entram numa nova fase, são já um “*corpo adulto em desenvolvimento*”, coincidindo com a entrada no ensino secundário. Por esta altura, os jovens possuem já “*sistemas de atitudes, valores e sentimentos mais estáveis*” e, como tal, encontram-se mais aptos para a tomada de decisões em relação à sua vida, “*nomeadamente em aspectos cívicos, profissionais, académicos, familiares e sexuais*”. As relações amorosas tornam-se cada vez mais duradouras, contribuindo para a consolidação do quadro de valores e atitudes

em relação à sexualidade. Nesta fase, os grupos de amizade também são cada vez mais constituídos por rapazes e raparigas. A nível sexual, a prática da masturbação continua a ser frequente e uma parte dos jovens envolve-se já em experiências sexuais, afirmando a sua orientação sexual.

No decorrer desta etapa de ensino, espera-se que os alunos tenham:

Aumentado e consolidado os seus conhecimentos acerca:

- *das dimensões anátomo-fisiológica, psico-afectiva e sociocultural da expressão da sexualidade;*
- *do corpo sexuado e dos seus órgãos internos e externos;*
- *das noções de higiene corporal;*
- *da diversidade dos comportamentos sexuais ao longo da vida e das diferenças individuais;*
- *dos mecanismos da reprodução;*
- *do planeamento familiar e, em particular, dos métodos contraceptivos;*
- *das doenças de transmissão sexual, formas de prevenção e tratamento;*
- *dos mecanismos da resposta sexual humana;*
- *das ideias e valores com que as diversas sociedades foram encarando e encaram a sexualidade, o amor, a reprodução e a relação entre sexos;*
- *dos recursos existentes para a resolução de situações relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva;*
- *dos tipos de abuso sexual e das estratégias dos agressores.*

Desenvolvido atitudes:

- *de aceitação das mudanças fisiológicas e emocionais próprias da sua idade;*
- *de aceitação da diversidade dos comportamentos sexuais ao longo da vida;*
- *da reflexão e de crítica face a papéis estereotipados atribuídos socialmente a homens e mulheres;*
- *de reconhecimento da importância dos sentimentos e da afetividade na vivência da sexualidade;*
- *da aceitação dos diferentes comportamentos e orientações sexuais;*
- *de prevenção face a riscos para a saúde, nomeadamente na esfera sexual e reprodutiva;*
- *de aceitação do direito a cada pessoa decidir sobre o seu próprio corpo.*

Desenvolvido competências para:

- *expressar os seus sentimentos e opiniões;*
- *tomar decisões e aceitar as decisões dos outros;*
- *comunicar acerca do tema da sexualidade;*
- *aceitar os tipos de sentimentos que podem estar presentes nas diferentes relações entre pessoas;*

- *adoptar comportamentos informados em matérias como a contracepção e a prevenção das ITS;*
- *adequar as várias formas de contacto físico aos diferentes contextos de sociabilidade;*
- *reconhecer situações de abuso sexual, identificar soluções e procurar ajuda;*
- *identificar e saber aplicar respostas assertivas em situações de injustiça, abuso ou perigo e saber procurar apoio, quando necessário.*

(2000: 89-92)

O valor de educar

Antes de se reflectir sobre o valor da educação para a sexualidade deve começar-se por se reflectir sobre o valor de educar.

De acordo com Rocha (1996), os estudiosos das perspectivas psicopedagógicas dos últimos tempos defendem que *"o dinamismo basilar do homem não é a inteligência, mas a afectividade e que, em consequência, não basta esclarecer a inteligência para alterar as atitudes. "*

Neste sentido, a educação deve completar o homem num todo e não apenas a sua inteligência. De acordo com o art. 26.º, 2 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* *"a educação deve visar o completo desenvolvimento da personalidade humana"*, do mesmo modo, também a LBSE considera a educação como *"a permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento humano"* (art. 1.º e 2.º), acrescentando que a educação também *"deve contribuir para a realização do educando através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos"* (art. 3.º b).

Deve considerar-se, deste modo, que a educação é muito mais do que a simples transmissão de informações e muito mais que instruir. Não se deve dirigir à inteligência e à memória, mas sim todas as facetas da personalidade humana, formando e não apenas informando os indivíduos.

O valor da educação para a sexualidade

A educação para a sexualidade é também vulgarmente associada com o carácter informativo da educação, reduzindo a acção do professor a uma mera

transmissão de informações biológicas acerca do funcionamento do corpo e à realização de actividades essencialmente informativas, baseadas em temas relacionados com a reprodução humana, entre eles, a anatomia e a fisiologia, a contracepção e as doenças sexualmente transmissíveis.

O documento HMI – Health Education 5-16, Curriculum Matters, n. 6, 1986, HMSO, citado por Sanders e Swinden (1995: 15), refere que: *"na educação sexual, a informação factual acerca dos aspectos físicos do sexo, embora importante, não é mais importante que o respeito pelos valores e normas e que o exercício da responsabilidade pessoal, já que estes afectam os indivíduos e a comunidade em geral. "*

Assim, em relação à educação para a sexualidade, a informação é uma parte importante mas está longe de ser sinónima dela, uma vez que a sexualidade, no seu sentido lato, como já foi referido anteriormente engloba várias dimensões interligadas entre si. Não se resumindo a questões biológicas, a educação para a sexualidade deve então *"apoiar-se numa concepção ampla da sexualidade, que faça justiça ao ser humano na sua globalidade, entendida em termos de relação"* (Amor Pan, 1997: 306 cit. in Marques, Vilar e Forreta, 2002: 11).

Como tal, a escola deve promover actividades que sejam, elas próprias, na sua prática, fonte de harmonia entre o corpo e o espírito e que promovam uma vivência saudável da sexualidade, encorajando as crianças a analisar activamente o seu próprio papel no desenvolvimento de atitudes positivas, responsáveis e solícitas, no que respeita às relações com os outros e, simultaneamente, ajudar as crianças a desenvolver um sentido positivo de si próprias envolvendo discussões sobre a assertividade, a expressão de ideias ou sentimentos próprios, bem como, o respeito pelos outros.

Para Ribeiro (2008: 8), *"o grande desafio da educação da sexualidade é virar a educação para a perspectiva da afectividade, da estruturação e construção da pessoa, dando-lhe a possibilidade de vivenciar um projecto de vida consistente"*.

Os valores na educação para a sexualidade

Qualquer processo educativo tem por base um quadro de valores de referência e, como tal, também em qualquer prática pedagógica de educação para a sexualidade não existirá neutralidade axiológica, esta terá de estar relacionada com os valores e propor a sua vivência aos alunos. Não fazendo uma imposição dos valores, mas propondo-os, respeitando a inteligência e individualidade de cada aluno, ao mesmo tempo que se promove a sua autonomia, responsabilidade e sentido crítico. Segundo López Sánchez (1995), os valores são as coisas em que acreditamos, como tal, ao conhecê-los o indivíduo torna-se capaz de manifestar os seus desejos, tomar decisões e não se deixar manipular pelo grupo.

De acordo com os autores Sanders e Swinden (1995), a educação para a sexualidade é mais um desafio pedagógico, na medida em que, obriga o professor a questionar os seus próprios valores, atitudes e tabus, frutos da idade, classe social, sexo, religião e cultura com a qual se identifica e que poderão estar em desacordo com os da família, religião e cultura dos seus alunos. No entanto, o professor não pode suscitar um conflito de valores aos seus alunos, tornando assim a tarefa da educação para a sexualidade ainda mais desafiante na medida em que, sem poder impor uma conduta social, o professor terá que alargar *"as perspectivas das crianças em termos de um mundo mais vasto e simultaneamente, respeitar os valores do seu próprio mundo"* (1995: 15).

As *Linhas Orientadoras para a Educação Sexual em Meio Escolar* (2000: 15), reconhecendo que *"a neutralidade moral é, pois, impossível quando se abordam comportamentos humanos e, em especial, os comportamentos sexuais"* consideram os seguintes valores orientadores da educação sexual:

- o reconhecimento de que a autonomia, a liberdade de escolha e uma informação adequada são aspectos essenciais para a estruturação de atitudes responsáveis no relacionamento sexual;
- o reconhecimento de que a sexualidade é uma fonte de prazer e comunicação, uma potencial fonte de vida e uma componente positiva de realização pessoal e das relações interpessoais;
- o reconhecimento da importância da comunicação e do envolvimento afectivo e amoroso na vivência da sexualidade;

- *o respeito pelo direito à diferença e pela pessoa do outro, nomeadamente os seus valores, a sua orientação sexual e as suas características físicas;*
- *a promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres;*
- *a promoção da saúde dos indivíduos e dos casais, nas esferas sexual e reprodutiva;*
- *o reconhecimento do direito à maternidade e à paternidades livres, conscientes e responsáveis;*
- *o reconhecimento das diferentes expressões da sexualidade ao longo do ciclo da vida;*
- *a recusa de expressões da sexualidade que envolvam violência ou coacção, ou relações pessoais de dominação e de exploração.*

(2000: 28-29)

Se também neste ponto tentarmos confrontar o relatório preliminar do GTES (2005) com o Parecer do CNE (2005), verificamos que o CNE, enquadrando a educação sexual na área da Formação Pessoal e Social, reafirma a natureza ética da educação sexual e o seu contributo para uma educação sustentada nos valores. Por sua vez, o GTES ao propor que a educação sexual seja integrada na área da educação para a saúde, acaba por desvalorizar a sua estreita relação com os valores enquanto componente da Formação Pessoal e Social, como está regulamentado pela LBSE.

2. 4 – Parceria escola–família na educação para a sexualidade

Interacção escola – família nas acções educativas

O ser humano enquanto ser social é uma obra inacabada e em permanente construção, que vai decorrendo em diversos contextos ao longo da vida, sendo a família que o acolhe aquando do nascimento uma importante base para esta construção.

Tradicionalmente, a instituição familiar era mais numerosa, sendo usual a coabitação de várias gerações no mesmo lar, era também normal viver-se em aglomerados populacionais menores, com espaços comunitários onde era frequente que os habitantes de diversas gerações passassem os seus tempos de lazer convivendo entre si. Havia assim um processo de socialização importan-

te, especialmente para as crianças, para quem a família, os amigos e os vizinhos se tornavam referências fundamentais.

No entanto, a família tem assistido nos últimos tempos a grandes alterações a nível da sua estrutura e das funções que desempenha. Cada vez mais a família nuclear está limitada a um número muito reduzido de elementos, ou a famílias monoparentais e, numa sociedade que cada vez mais coloca homem e mulher lado a lado no desempenho de iguais funções no mundo do trabalho, é recorrente que os pais se ausentem do lar durante grande parte do dia restando-lhes pouco tempo de qualidade para passarem com os seus filhos. Apesar destas circunstâncias, a família nuclear nunca deixará de ser a base do crescimento e do desenvolvimento de qualquer pessoa e um agente fundamental no seu processo de formação pessoal e social.

Tal como afirmam Cortesão, Silva e Torres, *"... desde o desapontar da vida a criança vai sendo marcada pelo ambiente familiar que influenciará o seu carácter, a sua sensibilidade, a sua inteligência"* (1989: 61). Assim, quando uma criança chega à idade escolar traz a sua personalidade organizada de acordo com as suas vivências e influências no seio familiar, que poderão ser positivas ou não, até porque o conceito de família poderá ser bastante complexo. De acordo com Santos (2002: 16),

cada família é uma família. É um sistema em comunicação e metacomunicação, em interacção constante, com normas e regras, ritmos e ritos, mitos, energias, espaços individuais e colectivos, intimidades, linguagens verbais e corporais, estilos de vida, sentimentos de pertença, processos de autonomia, modalidades de expressão dos afectos e de gestão dos conflitos, crenças partilhadas, apresentação de valores e de visões do mundo. Matriz onde as identidades individuais se constroem ao mesmo tempo que se constrói a identidade familiar, com uma história que vem detrás, das famílias de origem.

A família é assim um contexto privilegiado para o desenvolvimento afectivo das crianças, bem como para uma transmissão, sem imposição, dos valores, dos costumes e dessas normas e regras que irão ajudar a formar cidadãos responsáveis, autónomos e críticos.

Posteriormente, além da família, também a escola adquire um papel preponderante na formação pessoal e social das crianças, especialmente nos dias

decorrentes em que a família, não o conseguindo assegurar por si própria, procura na escola uma garantia de sucesso dos seus filhos a todos os níveis. Na actualidade, a escola tem vindo assim a ganhar cada vez mais funções escolares, não pode ficar pela formação académica das crianças mas também tem que assegurar uma educação que contribua para o seu desenvolvimento integral enquanto pessoas. Este facto gera por vezes um certo mal-estar nos professores que se vêem com um acréscimo nas suas responsabilidades, sendo por isso necessário que haja uma colaboração estreita entre pais e professores deixando que cada uma das partes assuma os seus papéis.

É indispensável que em qualquer acção do processo educativo, a articulação escola – família exista, para que haja uma maior eficácia não só no desenvolvimento académico mas também na formação pessoal das crianças. É fundamental que os professores compreendam a história de vida de cada um dos seus alunos caso contrário as suas práticas serão em vão, pois muitas das vezes entre os universos familiar e escolar não há harmonia nos quadros de valores, e só estabelecendo este diálogo entre escola e família pode se conseguir atenuar estas diferenças e assim alcançar o êxito na formação dos alunos.

A nível do 1.º ciclo do ensino básico, o contacto entre a escola e a família proporciona-se mais facilmente. Cabe aos professores tentarem tirar o maior proveito possível desse contacto, sensibilizando as famílias para a necessidade de acompanhar a vida escolar dos seus educandos e provocando conversas que levem a uma melhor compreensão da personalidade das crianças para que as suas práticas pedagógicas sejam mais significativas. Acima de tudo, deve haver *"debate de ideias e acerto de actuações"* para que a criança *"tenha referências coerentes nos quais se possa apoiar para construir o seu próprio sistema de valores e viver uma vida com qualidade"* (Cortesão, Silva e Torres, 1989: 61).

Interacção escola – família nas acções de educação para a sexualidade

Considerando a educação para a sexualidade como algo integral, que visa o desenvolvimento do ser humano e que atravessa todas as dimensões da sua vida, compete à família, independentemente da sua formação, o primordial papel na construção da sexualidade das crianças, a partir do momento do seu

nascimento, pois é ela a base do crescimento e do desenvolvimento de qualquer pessoa.

Os contextos familiares devem assim ser primordiais na formação da identidade sexual, uma vez que a criança deve ir adquirindo as noções de que tem um corpo sexuado e de que pertence a um determinado género, ao mesmo tempo que vai formando atitudes, estruturando a sua personalidade e adquirindo comportamentos positivos relativamente à sexualidade.

De acordo com o autor Werebe (1998: 148), ao nível familiar ocorre também educação sexual informal, *"determinada pela organização e estrutura da família, pelas suas condições de vida, pela dinâmica das relações entre seus membros e pelas características individuais dos pais"*. Para o autor, este tipo de educação *"tem uma importância particular sobre o desenvolvimento da criança e a formação da grande parte das suas ideias sobre a família, sobre o amor e a sexualidade, sobre o mundo adulto e sobre si mesma"*. Inconscientemente, muitas vezes os pais educam para a sexualidade mais pelas suas acções, atitudes e pelos diálogos casuais do que pelos discursos intencionais que têm com os seus filhos, pois estes vêem-nos como os seus primeiros modelos de homem e mulher e é através dos seus comportamentos que vão *"reforçar e perpetuar os estereótipos em relação aos papéis sexuais"*.

O autor acrescenta ainda que *"os pais carregam da infância a marca da sua própria sexualidade que é revivida na sexualidade infantil dos filhos"*, explicando que os pais acabam por projectar nos seus filhos *"os seus desejos e frustrações (...) também os temores e fantasmas que viveram na própria infância"*, daí a razão de certos pais serem *"rígidos e moralistas"* em relação à sexualidade dos seus filhos, outros *"liberais, abertos e compreensivos"*, enquanto outros são *"totalmente permissivos"* ou *"indiferentes"* (1998: 149).

Segundo Rocha (1988: 180), *"a família, quando funciona adequadamente, é o lugar privilegiado da vivência/ aprendizagem da identidade sexual, da coexistência activa com os outros e da responsabilização social (...). É aí que se pode fazer uma actuação / aprendizagem de várias formas de educação (afectiva, erótica, social, ética ...) que têm reflexos importantes na educação da sexualidade"*.

No entanto, sabe-se que, para além da educação sexual não formal, muitas famílias não educam os seus filhos para a sexualidade, seja por não terem conhecimentos para o fazer ou por não se sentirem à vontade para abordar o assunto, constituindo muitas delas até ambientes de risco para as crianças que nelas estão inseridas. Nestas situações será nos Jardins-de-infância ou nas escolas do 1.º CEB que as crianças poderão receber uma educação para a sexualidade mais apropriada ainda durante a sua infância, pelo que educadores e professores devem estar preparados para compensar essa carência.

Em relação à implementação de uma educação para a sexualidade formal em contexto escolar, os pais têm diferentes posturas, de acordo com Bolaños Espinosa, *cit in* Re (2007: 95) *"têm, basicamente, três vertentes: uma de permissividade completa, outra de oposição e outra, onde se incluiu a maioria, que, sem se apoiar ou opor totalmente, apresenta uma série de objecções, fruto de dúvidas e mal-entendidos que, logicamente, se produzem perante um aspecto educativo que na nossa sociedade, ainda hoje, apresenta muitas conotações culturais negativas"*.

Deste modo, para que haja uma educação para a sexualidade eficaz é fundamental sensibilizar e informar as famílias para a importância desta educação na infância e apelar à sua participação nas actividades ou projectos.

Nas actividades de educação para a sexualidade esta articulação escola – família deve então ser reforçada uma vez que, só numa perspectiva de colaboração permanente, coerente e transparente, se produzirá mudança e *"é no domínio da sexualidade, mais ainda do que em qualquer outro, que é fundamental que pais e professores tenham perspectivas comuns, idênticas actuações, linguagem semelhante"* (Cortesão, Silva e Torres, 1989: 62).

Assim, competirá à escola complementar a acção da família e a esta caberá, não só educar os seus filhos no dia-a-dia, mas também participar no quotidiano escolar e colaborar com os professores nesta dinâmica curricular. Sendo a educação para a sexualidade um direito das crianças, os pais devem fazer parte deste processo e não obstruí-lo, pois poderão pôr em causa a qualidade e a eficácia das actividades. Se a escola estiver a ferir a sensibilidade de algum agregado familiar, os pais devem actuar junto dos órgãos responsáveis da

escola, uma vez que este diálogo poderá garantir um ajuste entre a família e a escola no que se relaciona com estas actividades, aumentando as probabilidades de sucesso destas.

Na introdução do relatório do GTES (2007: 7), também se considera que:

a família é o espaço emocional privilegiado para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos saudáveis na área da sexualidade. Os exemplos dos pais e irmãos, a forma como os familiares comunicam valores e crenças face à sexualidade, os comentários sobre as notícias dos jornais, programas de televisão ou sítios da Internet, constituem modelos e referências muito importantes para alguém que está a fazer o seu percurso pessoal, em busca da identidade e autonomia, só conseguidas no final da adolescência.

Assim, considera fundamental a participação dos encarregados de educação nas diversas fases dos programas de educação sexual em meio escolar e a cooperação entre a escola e a família como uma das vertentes essenciais dessas actividades.

Tal como também foi mencionado no capítulo I, também na última lei que estabelece o regime de aplicação da educação em meio escolar – Lei n.º 60/2009 – é sublinhada a participação dos encarregados de educação dos alunos no artigo 11.º.

Deste modo, pode-se afirmar que estando os pais e os professores em cooperação mútua para garantir que as crianças tenham uma vivência da sexualidade saudável e esclarecida, eles estão a tornar-se modelos na vida dessas crianças. Os seus valores, atitudes e comportamentos, mesmo os que de forma inconsciente são manifestados, podem vir a ser reproduzidos por elas.

Logo, torna-se fundamental que tanto os docentes como os encarregados de educação apostem na sua formação pessoal para que se tentem eliminar os tabus que cercam esta questão e para que se deixe de ouvir que não estão preparadas para a abordar. Não é necessário que estes se tornem especialistas em Sexualidade Humana, se é que tal existe, mas que sejam pessoas informadas, interessadas e críticas, que tenham reflectido sobre a sexualidade de modo a se sentirem confortáveis na abordagem desta temática, evitando algum mal-estar em alguma situação inoportuna ou embaraçosa.

Ao nível das escolas de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e das escolas de ensino secundário, é importante também que se perca o estereótipo de que os professores de Ciências da Natureza / Biologia e os de Educação Física são os que estão mais aptos para a abordagem do assunto nas suas aulas. Estes professores podem ser alvo de perguntas mais indiscretas pois trabalham assuntos relacionados com o corpo e no primeiro caso abordam a questão da reprodução, no entanto, qualquer professor que se sinta vocacionado para trabalhar esta área, poderá investir na pesquisa e na sua formação e sentir-se apto para abordar as questões da sexualidade com os seus alunos.

*

Do antigo modelo generalizado do tabu, passou-se a uma multiplicidade de modelos ainda pouco consensualizados, como assistimos em Portugal em relação às posições do CNE (2005) e do GTES (2005).

Numa tentativa de cruzamento das propostas do CNE e do GTES com os modelos de educação sexual apresentados, percebe-se que o parecer do CNE se revê no modelo de Formação Pessoal e Social, pois parte dos percursos individuais dos alunos e é bastante virado para os aspectos globais da sexualidade humana, não só os biológicos mas também os psicológicos, sociológicos e axiológicos. Por sua vez, o relatório do GTES enquadra-se com o *médico-preventivo*, pois apesar de o relatório demonstrar em determinados pontos alguma preocupação com a educação global do aluno, demonstra que a sua base para a educação para a sexualidade é a ideia de educar para a saúde, sendo as suas principais preocupações as de cariz médico e fisiológico. Estas poderão não ser suficientes para a nossa sociedade actual, centrada na diversidade, no espírito crítico, na capacidade de tomar decisões e na liberdade de acesso às questões educativas.

A educação para a sexualidade é, acima de tudo, uma questão de educação. Deve promover a educação global dos alunos, desenvolvendo a capacidade de respeito pelo outro e pelas suas diferenças, ao mesmo tempo que os ajuda a realizarem-se como homens e mulheres completos, autónomos, críticos e res-

ponsáveis. De acordo com Andrade (1992), um aluno educado tem consciência nas decisões que toma e das acções que empreende.

A educação deve ser acompanhada da informação tão correcta quanto possível e por uma hierarquia de valores tão clara quanto possível e sempre acompanhada de uma relação entre a escola e a família.

Conclusão

Apesar de habitualmente se utilizarem as expressões educação sexual e educação para a sexualidade indiscriminadamente e como se fossem sinónimas, na verdade não o são.

A expressão educação sexual está intimamente ligada ao processo ensino-aprendizagem das questões que envolvem a sexualidade, nomeadamente anatomia, psicologia, reprodução humana, entre outras informações que compreendem a temática. De facto, este é o termo mais recorrente e pode considerar-se também como educação sexual todas as formas de transmissão de valores e informações de âmbito sexual. Formalmente ou informalmente, em vários momentos da sua vida, as crianças/jovens estão sujeitos ao convívio com estas questões, seja no meio familiar, entre os seus grupos de pares, com muita intensidade através dos *media* ou na sua escola.

Por sua vez, a expressão educação para a sexualidade é intencionalmente utilizada quando se pretende abordar uma educação que se sustente na área da Formação Pessoal e Social, enquadrando a acção educativa num quadro de valores que permita que quem a recebe seja capaz de viver a sua sexualidade de forma positiva e informada, baseada em valores como a liberdade, a responsabilidade, o respeito e em que se desperte desde cedo a capacidade de reflexão e de decisão.

Ao longo do primeiro capítulo percebe-se que a história da educação sexual em Portugal não é recente, apesar de que sempre que uma lei de regulamentação da educação sexual em contexto escolar é publicada, é tornada pública como se de uma inovação pedagógica se tratasse.

Na verdade, a primeira menção legal surgiu em 1984 com a Lei 3/84 que regulamentava a educação sexual em Portugal e em que o Estado reconhecia

a educação sexual como componente fundamental da educação, sustentada em paradigmas médico-preventivos, uma vez que apareceu na sequência de debates parlamentares em torno da questão do aborto.

Apesar de vinte e seis anos terem passado e de ter havido várias reformas no quadro legal em relação a esta temática, culminando com a publicação da Lei 60/2009, de Agosto de 2009, sabe-se que até aos dias de hoje esta educação não tem saído, como seria de esperar, do papel e são poucas as escolas que inserem nos seus projectos educativos actividades relacionadas com a educação para a sexualidade e, nas que o fazem, estas actividades são normalmente dinamizadas por outras entidades e associações externas à escola, geralmente ligadas à área da saúde ou planeamento familiar, correspondendo aos paradigmas médico-preventivos e de saúde pública que maioritariamente tornam a legislação portuguesa no tocante à educação sexual.

É de salientar que em 1986, a educação sexual surge referida na LBSE e pela primeira vez é situada no âmbito da Formação Pessoal e Social, uma nova área educativa transversal, que ressalva que os diferentes aspectos relacionados com a sexualidade devem também constar nos conteúdos da educação para a sexualidade e não apenas os tocantes à saúde sexual. Mais tarde, a educação para a sexualidade volta a perspectivar a formação global do aluno numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e social com a publicação do documento *"Educação Sexual em meio escolar: linhas orientadoras"* (2000), e com a criação das novas três áreas curriculares não disciplinares em 2001.

Em 2005, com o surgimento das propostas do CNE e do GTES em relação à educação sexual nas escolas portuguesas, os modelos de educação sexual baseados quer no paradigma de saúde pública, quer no de Formação Pessoal e Social, voltam a ser confrontados.

A proposta do CNE baseou-se no modelo de Formação Pessoal e Social, pois tomou como ponto de partida as vivências pessoais dos alunos e reuniu os aspectos globais da sexualidade humana, não só os biológicos mas também os psicossociais e axiológicos.

Por sua vez, o relatório do GTES, apesar de demonstrar em determinados pontos alguma preocupação com a educação global do aluno, visava uma educa-

ção para a saúde, sendo as suas principais preocupações as de cariz médico e fisiológico. Este relatório foi o que progrediu e, de acordo com a Lei 60/2009, a educação sexual tendencialmente acaba por voltar a integrar-se no âmbito da educação para a saúde.

Tem vindo a haver de facto uma confusão quanto aos paradigmas que devem referenciar a abordagem da educação para a sexualidade em contexto escolar. Ao longo do trabalho compreende-se que centrar a educação para a sexualidade em torno de questões médico-preventivas seria uma visão muito redutora da sexualidade humana e interessa reter que educar para a sexualidade é sobretudo sensibilizar para os valores no domínio sócio-afectivo, discutir sentimentos, reflectir sobre os comportamentos e atitudes individuais e sobre as relações com os outros, numa perspectiva de preparação para a vida e de desenvolvimento global da pessoa.

Além disto, actualmente, a escola é inquestionavelmente um local propício à formalização da educação para a sexualidade, pois desde cedo coloca lado a lado crianças de diferentes sexos, o que poderá despertar algumas curiosidades que levarão à descoberta do género e à discussão de identificação com o seu sexo, aceitando-o e respeitando as diferenças do sexo que se lhe opõe.

Defende-se assim que ao longo do ensino básico, até aos 12 anos, a educação para a sexualidade deve inserir-se no âmbito da Formação Pessoal e Social, com carácter obrigatório e constante no currículo do ensino básico, visando o desenvolvimento global de cada aluno. A partir dos doze anos, no ensino secundário, a educação para a sexualidade deve continuar a ser abordada visando a formação pessoal e social de cada aluno, focando os aspectos biológicos, psicossociais e axiológicos da sexualidade, mas complementada com a perspectiva extra-escolar da saúde pública e reprodutiva.

O facto de se valorizar aqui o papel da escola e de se defender uma educação para a sexualidade desde o início do ensino básico, não retira qualquer importância ao papel fundamental da família que é, naturalmente, o primeiro agente de educação para a sexualidade da vida de uma criança, até porque o desenvolvimento da sexualidade humana é um processo contínuo que começa no dia em que se nasce e que vai sendo conquistado ao longo de diferentes eta-

pas da vida. Numa sociedade que tende a reduzir cada vez mais o tempo de convívio entre pais e filhos e a oferecer cada vez mais um conceito de sexualidade descontextualizado e muito erotizado que chega às crianças através dos *media*, é preciso que se responda à necessidade e à urgência de se praticar uma educação para a sexualidade formal, respeitante das características individuais de cada criança e do contexto social, familiar, axiológico e espiritual em que esta se insere, numa relação estreita de respeito, harmoniosa e franca entre a escola e os alunos, numa perspectiva de uma vivência feliz da sexualidade humana.

Bibliografia

- AAVV (1999) *Educação sexual na escola: guia para professores, formadores e educadores*. Lisboa: Texto Editora.
- ANDRADE, J. V. (1992). *Os valores na formação pessoal e social*. Lisboa: Texto Editora.
- APF (2005). *Parecer: Educação sexual nas escolas*.
- AQUINO, J. G. (1997). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial.
- ARAÚJO, H. C. (1998). A batalha em torno da coeducação, 1919-1927. FERNANDES, R.; ADÃO, A. (1998) *1.º Congresso luso-brasileiro de história da educação: leitura e escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970: actas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- ASSOCIAÇÃO JUNTOS PELA VIDA (2005). *Parecer: Educação sexual nas escolas*.
- BASTOS, A. P. (2001). *Afectividade na adolescência: sexualidade e educação para os valores*. Lisboa: Edições Paulinas.
- COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ (2005). *Parecer: Educação sexual em meio escolar*.
- CNE (2005) *Parecer: Educação sexual nas escolas*.
- CORTESÃO, I.; SILVA, M. A.; TORRES, M. A. (1989). *Educação para uma sexualidade humanizada: guia para professores e pais*. Porto: Afrontamento.
- DARRÉ, S. (2005). *Políticas de género y discurso pedagógico: la educación sexual en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Ediciones Trilce.

- FÁVERO, M. F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- FRADE, A. [et al.] (1992). *Educação sexual na escola: um guia para professores, formadores e educadores*. Lisboa: Texto Editora.
- GTES (2005). *Relatório Preliminar*. Lisboa: Ministério da Educação.
- GTES (2007). *Relatório de Progresso*. Lisboa: Ministério da Educação.
- GTES (2007). *Relatório Final*. Lisboa: Ministério da Educação.
- GOMES, F. A.; ALBUQUERQUE, A.; NUNES, J. S. (1987). *Sexologia em Portugal. Sexualidade e cultura*. II Volume. Lisboa: Texto Editora.
- LÓPEZ, F. S. (1990) *Educación sexual*. Madrid: Fundación Universidad.
- LÓPEZ, F. S. e FUERTES, A. (1992). *Para entender a sexualidade*. São Paulo: Edições Loyola.
- LÓPEZ, G. M. (1995). *Educación afectivo-sexual: planeamiento integrado e interdisciplinar y veinte unidades didácticas*. Madrid: Narcea.
- MADUREIRA, D. (2001) Educação sexual é dar afectos... Revista *Sexualidade & Planeamento Familiar*, n.º 31, 33-34. Lisboa: APF.
- MARQUES, A. M.; VILAR, D.; FORRETA, F. (2002). *Educação sexual no 1.º ciclo: um guia para professores e formadores*. Lisboa: Texto Editora.
- MARQUES, A. M. et al. (1999). *Orientações técnicas sobre educação sexual em meio escolar*. Lisboa: Programa de promoção e educação para a saúde, APF, Direcção-Geral da Saúde.
- MARQUES, J. F. (2000). *Faria de Vasconcelos: obras completas II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARQUES, R. (1997). *Escola, currículo e valores*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MEIRELES-COELHO, C. (2009_a). *Educação antiga e medieval: um roteiro cronológico (até 1415)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, e-book.

- MEIRELES-COELHO, C. (2009_b). *Educação na idade moderna: um roteiro cronológico (1415-1789)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, e-book.
- MEIRELES-COELHO, C. (2009_c). *Educação na idade contemporânea: um roteiro cronológico (1789-1945)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, e-book.
- MEIRELES-COELHO, C. (2009_d). *Educação na era da globalização: um roteiro cronológico (1945-2009)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, e-book.
- MENDES, S. M. P. G. M (2002) *Atitude dos professores face à educação sexual*. Dissertação de mestrado em ciências da educação. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). *Educação sexual: material de apoio ao currículo – guia anotado de recursos*. Lisboa: Ministério da Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [et al.] (2000) *Educação sexual em meio escolar: linhas orientadoras*. Lisboa: ME/ MS / APF / CAN
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1998). *Organização curricular e programas do ensino básico: 1.º ciclo*. Lisboa: Ministério da Educação/DEB
- MOITA, M. G. e SANTOS (s/d). *Falemos de sexualidade: um guia para pais e educadores*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- NODIN, N. (2000). *Os jovens portugueses e a sexualidade em finais do século XX*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- PEREIRA, G. R. (2007). *Desenvolvimento de um programa de intervenção psicopedagógica de suporte à criança infectada pelo VIH*. Tese de doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- PEREIRA, G. R.; MIGUEL, D. S. (2007) O orientador educacional como assessor para a educação sexual. COSTA, J. A.; NETO-MENDES, A.; VENTURA, A. (Org.) *A assessoria na educação em debate*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- PEREIRA, M. M. (2006). *Guia de educação sexual e prevenção do abuso*. Coimbra: Pé de Página Editores.

- RIBEIRO, T. T. (2006). *Educação da sexualidade em meio escolar: treino de competências individuais*. Braga: Editora Casa do Professor.
- RIBEIRO, T. T. (2008). Educação da sexualidade em meio escolar: os valores comuns. *Actas do V encontro luso-brasileiro de bioética*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- RIBEIRO, T. T. (2009). Educação para a sexualidade em meio escolar: um desafio para pais e educadores. *Descobrir*, n.º 15. São João da Madeira: Centro de Educação Integral.
- ROCHA, F. (1996). *Educar em valores*. Aveiro: Estante Editora.
- ROCHA, F. (1988). A educação da sexualidade num contexto humanizante. Separata da *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda.
- ROUYER, M. (2003). *Sexualidade*. Cascais: Pergaminho.
- SÁ, E. (coord.) (2003). *Quero-te! Psicologia da sexualidade*. Coimbra: Quarteiro.
- SAMPAIO, A. M. (1987). *Escola e educação sexual*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SANDERS, P.; SWINDEN, L. (1995). *Para me conhecer, para te conhecer... Estratégias de educação sexual para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- SANTOS, M. R. dos (2002). Família e sexualidade: narrativas e quotidianos. *Revista Sexualidade & Planeamento Familiar*, n.º 35, 16-19. Lisboa: APF.
- SERRÃO, C. (2002). *Educação para a cidadania: a educação sexual em contexto escolar*. *Revista Sexualidade & Planeamento Familiar*, n.º 35, 31-32. Lisboa: APF
- TEIXEIRA, M. F. (1999). *Reprodução humana e cultura científica: um percurso na formação de professores*. Aveiro: Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa, Universidade de Aveiro.

- UM DOUTOR EM MEDICINA (1876). *Elementos de sciencia social ou religião physica, sexual e natural: exposição da verdadeira causa e do único remédio dos três principais males sociaes: a pobreza, a prostituição e o celibato*. (Tradução da 14.^a edição inglesa, 3.^a edição portuguesa, revista e corrigida pelo autor.) Lisboa: Imprensa Democrática.
- USLANDER, A. S. e WEISS, C. (1997). *Como responder às perguntas sobre o sexo*. Lisboa: Plátano.
- VAZ, J. M. (coord.) (1996). *A educação sexual na escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- VEIGA, L.; TEIXEIRA, F.; COUCEIRO, F. (2001). *Menina ou menino: eis a questão*. Livro do Professor. Lisboa: Plátano.
- VILAR, D. (2002). Questões éticas e modelos de educação sexual. *A voz dos pais*. Boletim informativo da CONFAP.
- VITIELLO, N. (1995). A educação sexual necessária. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, volume 6, n.º 1, 15-28. Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana.
- WEREBE, M. J. G. (1998). *Sexualidade, política e educação*. Campinas: Autores Associados.

Referências Legislativas

Alvará em que se confirma o directório dos índios do Pará e Maranhão, de 17 de Agosto de 1758.

Leis de Família, de 25 de Dezembro de 1910.

Decreto (Reforma do ensino infantil, primário, normal), de 29 de Março de 1911.

Decreto n.º 11 795 (D. G. 138), de 9 de Junho de 1926.

Decreto n.º 16 077, de 26 de Outubro de 1926.

Decreto n.º 15 032, de 15 de Fevereiro de 1928.

Decreto n.º 16 730, de 13 de Abril de 1929.

Constituição da República Portuguesa, de 11 de Abril de 1933.

Portaria, de 30 de Abril de 1939.

Decreto-Lei n.º 32 192, de 13 de Julho de 1942.

Decreto-Lei n.º 482/72, de 28 de Novembro de 1972.

Lei n.º 3/84, de 24 de Março de 1984.

Lei n.º 6/84, de 1984.

Portaria 52/85, de 1985.

Despacho n.º 9/EBS/86.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro de 1986 (LBSE).

Decreto-Lei 286/89, de 29 de Agosto de 1989.

Despacho-Conjunto (ME/MS) n.º 271/98 de 23 de Março de 1998.

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio de 1998.

Relatório interministerial para a elaboração de um plano de acção em educação sexual e planeamento familiar, de Outubro de 1998.

Plano para uma política global de família, de Fevereiro de 1999.

Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto de 1999.

Despacho n.º 15 587/99, de 12 de Agosto de 1999.

Despacho-Conjunto (ME/MS) n.º 734/2000, de 18 de Julho de 2000.

Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro de 2000.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro de 2001.

Despacho n.º 19 737/2005 (2.ª série), de 15 de Junho de 2005.

Despacho n.º 25 995/2005 (2.ª série), de 28 de Novembro de 2005.

Protocolo entre MS e ME, de 7 de Fevereiro de 2006.

Despacho, de 27 de Setembro de 2006.

Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto de 2009.

Circular da DGIDC, de 1 de Setembro de 2009.

Circular da DGIDC, de 15 de Setembro de 2009.